



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

MARCIO FERNANDO AITA SILVEIRA

A ATUALIDADE DA SOCIOLOGIA DE GILBERTO FREYRE

PORTO ALEGRE

2010

MARCIO FERNANDO AITA SILVEIRA

A ATUALIDADE DA SOCIOLOGIA DE GILBERTO FREYRE

ORIENTADOR:

PROF. DR. RENATO DE OLIVIERA

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
APRESENTADO COMO REQUISITO À
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE BACHAREL
EM CIÊNCIAS SOCIAIS PELA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL**

PORTO ALEGRE

2010

SUMÁRIO

	Introdução	03
1	Casa-grande & Senzala	05
1.1	Sociedade colonial brasileira: agrária, escravocrata e híbrida.....	06
1.2	O índio na colonização do Brasil.....	08
1.3	O português na colonização do Brasil.....	10
1.4	O negro na colonização do Brasil.....	13
2	Sobrados & Mucambos	16
2.1	Introdução.....	16
2.2	Paisagem social do Brasil – séculos XVIII e XIX.....	17
2.3	O pai e o filho.....	19
2.4	A mulher e o homem.....	21
2.5	O sobrado e o mucambo.....	22
2.6	O brasileiro e o europeu.....	23
2.7	Raça, classe e região.....	24
2.8	O oriente e o ocidente.....	26
2.9	Escravo, animal e máquina.....	27
2.10	Ascensão do bacharel e do mulato.....	29
2.11	Sistemática da miscigenação no Brasil patriarcal e semipatriarcal.....	32
3	Gilberto Freyre e a Reuropeização do Brasil	34
4	Gilberto Freyre em São Paulo 1975	42
	Considerações Finais	50
	Bibliografia	52

INTRODUÇÃO

Esta monografia apresenta um ensaio de interpretação da realidade brasileira atual a partir das teses de Gilberto Freyre sobre a formação social brasileira, tal como desenvolvidas em suas obras *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados & Mucambos*. Para efeitos de caracterização da sociedade brasileira atual, tomamos como referência a obra “São Paulo 1975: crescimento e pobreza”, de Cândido Procópio Ferreira de Camargo *et al.*, na qual seus autores desenvolvem uma ampla análise sobre o processo de “modernização excludente” ou “modernização conservadora” que caracterizou a sociedade brasileira no período, tendo como suporte empírico as transformações ocorridas na cidade de São Paulo. A problemática que se coloca é: a dinâmica de autoritarismo e democratização, na qual oscila a sociedade civil brasileira retratada em “São Paulo 1975: crescimento e pobreza”, encontra explicação na obra de Gilberto Freyre?

Parece que o comportamento político das classes sociais no Brasil contemporâneo e as formas atuais de exercício do poder continuam fiéis aos arquétipos sociais da casa grande e da senzala e dos sobrados e mucambos, que deram forma à sociedade brasileira em seus inícios, apesar da derrocada do patriarcado rural enquanto elemento soberano na sociedade. Concomitantemente a essa derrocada, processou-se, no Brasil, a transição do velho sistema patriarcal rural para a modernidade, com a formação do Estado, o advento do capitalismo e o fim da escravidão, que, em vez de democratizar o país e criar oportunidades iguais para todos, relegou à margem da sociedade milhares de ex-escravos negros e mulatos pobres inadaptados ao novo sistema, que tornaram-se párias urbanos no século XX, moradores geralmente de favelas e cortiços.

Este estudo se justifica na medida em que, inegavelmente, Gilberto Freyre construiu uma obra de grande complexidade e riqueza. Trata-se de um dos maiores cientistas sociais do século XX, ultrapassando de muito as fronteiras brasileiras, tornando-se um dos autores mais consagrados e reconhecidos internacionalmente, atravessando várias áreas de conhecimento, sobretudo o tema da formação social e modernização brasileiras. Freyre tem a visão de que a formação social e o processo civilizador do Brasil foram singulares, gerando uma sociedade *sui generis*, incomparável a nenhuma outra no mundo. Apesar disto, sua obra é, no mais das vezes, encarada com interesse meramente histórico, sendo, de

fato, desprezada – quando não folclorizada! – na formação das novas gerações de cientistas sociais brasileiros, pelo menos no que concerne aos cursos de graduação. A escolha do livro “São Paulo 1975: crescimento e pobreza” como exemplo de realidade brasileira deve-se ao fato da abordagem empírica utilizada pelos autores para descrever uma sociedade que, apesar do lapso de 35 anos até a presente data, continua muitíssimo semelhante à sociedade brasileira de 2010, pelo menos no que concerne à imensa desigualdade entre as classes sociais e ao comportamento político dessas classes, categorias-chave da presente monografia. O que se pretende com este trabalho é ver até que ponto esse desprezo é justificado, ou se, ao contrário, o esforço interpretativo daquele autor continua válido em face da sociedade brasileira contemporânea.

O presente trabalho está organizado da seguinte forma: primeiramente, descreve-se as obras utilizadas de Gilberto Freyre – Casa-grande & Senzala e Sobrados & Mucambos –, utilizando-se como fonte de pesquisa unicamente o respectivo livro, a fim de dar ao leitor o conhecimento bruto necessário à compreensão da interpretação aqui esboçada. Em seguida, sintetiza-se analiticamente essas duas obras de Freyre, com a ajuda de artigos de comentadores do autor, a fim de se destacar o que de mais importante tem a obra desse pensador clássico e de se demonstrar o que é possível trazer para a contemporaneidade. Por fim, as teses de Freyre são relacionadas com a sociedade brasileira atual, descritas no livro “São Paulo 1975: crescimento e pobreza” (um estudo encomendado pela Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo ao CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), onde objetiva-se demonstrar que as teses do mestre são ainda válidas para explicar certos mecanismos e aspectos da sociedade do Brasil.

1 CASA-GRANDE & SENZALA

Viajando pelo Sul dos EUA, depois de receber convite da Universidade de Stanford para ser *visiting* professor, Gilberto Freyre nota a existência de um regime de economia patriarcal muito parecido com o do Norte do Brasil e de certos trechos do Sul, com o mesmo tipo de aristocracia e de casa-grande, quase o mesmo tipo de escravo e de senzala; gosto pelo sofá, cadeira de balanço, boa cozinha, mulher, cavalo, jogo, sertões, descampados; sobretudo a mesma espécie de regime devastador de exploração agrária monocultora. Segundo Freyre, todo estudioso da formação patriarcal e da economia escravocrata do Brasil deveria tomar conhecimento do chamado “deep South” dos EUA (Luisiana, Alabama, Mississipi, Carolinas do Norte e do Sul, Virgínia). As mesmas influências de técnicas de produção e de trabalho – monocultura/escavidão – uniram-se naquela parte inglesa da América, tal qual nas Antilhas e na Jamaica.

Igualmente nos EUA, sob orientação do antropólogo Franz Boas, Gilberto Freyre aprende a diferenciar raça e cultura e a discriminar os efeitos puramente genéticos dos de influências sociais, de herança cultural e de meio, questões recorrentes na sua obra.

Freyre admite “influência considerável da técnica de produção econômica sobre a estrutura da sociedade brasileira, sobre sua fisionomia moral” (FREYRE, 2003, p. 32). E segue: “É uma influência poderosa capaz de aristocratizar ou democratizar a sociedade; capaz de desenvolver tendências para poligamia ou monogamia; para estratificação ou mobilidade sociais” (idem). Desde a primeira metade do século XVI, as relações entre brancos e raças de cor, no Brasil, foram condicionadas pelo sistema de produção econômica – monocultura latifundiária – e pela escassez de mulheres brancas entre os conquistadores. “Na zona agrária desenvolveu-se, com a monocultura absorvente, uma sociedade semifeudal – uma minoria de brancos e brancarões dominando patriarcais, polígamos (...), escravos, lavradores, agregados e vassalos” (ibid. p. 33).

Entretanto, Freyre afirma que a escassez de mulheres brancas européias criou zonas de confraternização entre senhores e escravos – embora sem deixar de serem relações de “superiores” com “inferiores” –, fazendo com que muitos colonos constituíssem família com escravas. Dessa miscigenação, largamente praticada,

resultaram muitos filhos mestiços, legítimos ou ilegítimos, com os quais foram se subdividindo partes consideráveis das grandes propriedades.

A casa-grande e a senzala representaram, no Brasil, todo um sistema econômico, social e político. A produção de riqueza estava baseada na monocultura latifundiária; o trabalho, na mão-de-obra do escravo africano; o transporte, no carro de boi e no cavalo; a religião, no catolicismo de família, com o capelão subordinado ao patriarca; a vida sexual e de família, no patriarcalismo polígamo; a higiene, no banho de rio, de assento, lava-pés; a política baseava-se no compadrismo. Ademais, casa-grande e senzala serviram de fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia.

1.1 SOCIEDADE COLONIAL BRASILEIRA: AGRÁRIA, ESCRAVOCRATA E HÍBRIDA

A partir de 1532 é que se inicia, de fato, a colonização do Brasil, organizando-se econômica e civilmente a sociedade brasileira. A estrutura econômica dessa sociedade era agrária, voltada à exportação de açúcar – monocultura. Socialmente, o sistema patriarcal imperou, com o domínio tutelar de senhores de engenho ou fazenda sobre os demais elementos: mulher, crianças, índios e negros.

A fim de suprir a necessidade de gente para a lavoura, tendo em vista o número insuficiente de portugueses e o desleixo e a inconstância do índio, importavam-se negros africanos, a título de mão-de-obra escrava para trabalhar nas fazendas do Brasil. Por motivos de política metropolitana de povoamento, falta de relações conjugais mais rigorosas, Igreja pouco ortodoxa e relativamente fraca em relação ao senhor de engenho, o qual era o todo-poderoso no sistema de capitanias hereditárias, sesmarias e grande lavoura, existiu um formidável intercuro sexual entre as raças. Primeiramente branco cruzando com índias; depois, branco com negras; indígenas com africanos; mais tarde os mestiços entrando no esquema. Como se percebe, devido à intensa miscigenação, a sociedade brasileira era híbrida. No Brasil deu-se o encontro de três raças: branca, indígena e negra, mote de “Casa-grande & Senzala”.

O colonizador português possuía uma singular predisposição para a colonização híbrida e escravocrata nos trópicos, haja vista seu passado étnico,

cultural, de povo indefinido entre Europa, África e a mescla de ambos, bem como indefinido entre catolicismo, islamismo e judaísmo. Vivendo em uma espécie de “bicontinentalidade”, resultou gente “flutuante”, “antagônica”, “hesitante”, de caráter rico em aptidões por vezes incoerentes. Este povo indeciso e cheio de contrastes impossíveis colonizou o Brasil, formando uma sociedade *sui generis*, “igualmente equilibrada nos seus começos e ainda hoje sobre antagonismos” (ibid. p. 69).

O português pretendia encontrar na América tropical terra de vida fácil, para exploração comercial através de feitorias ou para extração de riquezas minerais. No entanto, assevera Freyre, devido a adversidades, tais como clima irregular, desfavorável ao homem agrícola europeu, substituição da alimentação (com déficit), solo de difícil cultura, secas e enchentes nos rios, a saída foi prolongar a estada e adaptar-se a meio e clima tão diversos, tão mórbidos e dissolventes. A “colônia de plantação” aqui engendrada utilizou e desenvolveu a riqueza vegetal pelo capital particular (ante a ausência do Estado português), através da grande lavoura escravocrata, de base agrária. Esse ruralismo dos portugueses no Brasil não foi espontâneo, mas de adoção, imposto pelo meio físico e pelas circunstâncias – qualidades e condições da terra (vastíssima), clima irregular, escassez de gente europeia, condições morais e materiais da vida e cultura dos habitantes.

De acordo com Gilberto Freyre, o sistema econômico da grande lavoura escravocrata e monocultora implicou deficiência na qualidade dos alimentos da colônia, hiponutrição e conseqüente aumento no número e freqüência de doenças. Com o sistema voltado especialmente à exportação de um único produto, perdem em qualidade os demais alimentos, tradicionais e indispensáveis, gerando déficit de alimentação não só na senzala, como na casa-grande e na população livre. Como conseqüência, ainda, tem-se o declínio da robustez e da eficiência da população brasileira, cuja saúde instável, a apatia e as doenças foram tantas vezes atribuídas aos frutos da miscigenação. Portanto, a formação patriarcal do Brasil – em seus vícios e virtudes – explicar-se-ia mais em termos econômicos e culturais do que em termos raciais.

Freyre afirma que a família, rural ou semirural, foi o grande fator colonizador no Brasil; a unidade produtiva, que instala fazendas, compra escravos, bois, ferramentas; foi a força social que se desdobrou em política, “constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América, sobre a qual o rei de Portugal reina sem governar” (ibid. p. 81).

Conveniente frisar que esteve presente, também, uma legião de indivíduos provenientes da metrópole – soldados, aventureiros, degredados, cristão fugidos de perseguição religiosa, traficantes de escravos, etc. – sem importância econômica ou política, mas importância genética, contribuindo para a heterogeneidade racial da colônia.

O que caracterizou, em linhas gerais, a formação da sociedade brasileira no século XVI foi um equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de cultura e economia (esta sobressaindo-se àquela): cultura européia e indígena, européia e africana, indígena e africana; economia agrária e pastoril; o jesuíta e o fazendeiro, etc. Fusão harmoniosa de tradições diversas, mesmo antagônicas, miscigenação; antagonismos arrefecidos pela plasticidade do português e a ação unificadora da Companhia de Jesus.

1.2 O ÍNDIO NA COLONIZAÇÃO DO BRASIL

Os primeiros contatos dos exploradores portugueses no Brasil foram com sociedades indígenas, cujas características, conforme Freyre, eram de civilizações “rasteiras”, de “cultura verde e incipiente”, sem o desenvolvimento ou a resistência característicos das grandes semicivilizações existentes em outras partes da América.

Os índios homens eram gente da floresta, nômades, caçadores, pescadores, guerreiros; pouco afeitos à agricultura – trabalho sedentário e constante. A resistência esboçada pelos índios foi antes “vegetal” que “mineral”. Ou seja, retraíram-se por “incapacidade de acomodar-se à nova técnica econômica e ao novo regime moral e social” (ibid. p. 158); mesmo quando se tornou inimigo do branco, o indígena foi “vegetal na agressão: quase como mero auxiliar da floresta.” Para Freyre, contudo, o índio foi formidável na obra de devastação e conquista dos sertões, em que atuou como guia, canoeiro, guerreiro, caçador, alargando ocidentalmente as fronteiras coloniais do Brasil. A despeito de falhar na lavoura de cana, mostrou extrema bravura militarmente, defendendo a colônia contra espanhóis, tribos inimigas e corsários.

Embora os colonizadores tivessem domínio econômico e político sobre os outros elementos étnicos, social e culturalmente os portugueses foram coagidos – pelo meio geográfico e pelas exigências da política colonizadora – a competirem

com os demais grupos em bases praticamente iguais. Híbrida desde o princípio, a sociedade brasileira foi, dentre todas da América, a que mais harmoniosamente se constituiu quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de “reciprocidade cultural”, aproveitaram-se valores e experiências dos povos nativos, no máximo de contemporização.

A mulher indígena, por sua vez, teve alto valor econômico e social na colonização do Brasil. Primeiramente, devido à escassez de homens brancos colonizadores, a mulher índia veio a calhar à política de povoamento do Estado português, mediante união de português com índia. A mulher “gentia” é considerada a base física da família brasileira, robustecendo e multiplicando esta última. Conforme Gilberto, a índia também serviu para o trabalho doméstico, possuindo conhecimentos úteis sobre higiene, alimentos, pedagogia infantil, remédios caseiros, utensílios domésticos, etc. Conhecimentos e valores herdados dos nativos que são preservados no Brasil séculos depois. A índia representava estabilidade ao europeu, qualidade necessária ao exercício da cultura agrícola.

Todavia, a despeito da conservação da raça indígena, houve extermínio de sua cultura e degradação da moral. Sob a pressão moral e técnica da cultura adiantada, o povo atrasado perdeu a capacidade de desenvolver-se autonomamente; perdeu seu potencial construtor perante o imperialismo colonizador.

Os padres da Companhia de Jesus desempenharam papel relevante em dois sentidos opostos. Primeiro, no “sufocamento cultural” dos nativos, substituindo seus cantos, danças, línguas, vestuário; enfim, os padres procuraram extirpar tudo o que fosse expressão artística ou religiosa em desacordo com a moral católica e convenções européias. Por outro lado, visto que os índios adultos eram rebeldes ao ensino intelectual dos jesuítas, “bárbaros de entendimento”, o foco dos jesuítas passou ao menino indígena, ainda indefinido na moral e vago nas tendências. O processo civilizador sobre o menino consistiu no “extermínio de sua cultura, mas preservação da raça”, a qual os padres desejaram vê-la “aos pés do Senhor”. A cristianização do menino indígena foi de grande valor na formação social brasileira, dela formando-se a língua tupi-guarani: instrumento poderoso de intercomunicação entre as duas culturas. Segundo Freyre, esse idioma aproximou moral, comercial e materialmente tribos, índios e europeus. Esta língua viria a ser uma das bases mais sólidas da unidade do Brasil, aproximando tribos e povos indígenas diversos e

distantes culturalmente, até inimigos de guerra; e, em seguida, aproximando-os do colonizador europeu. Os colégios missionários foram palco de uma “reciprocidade cultural” tremenda entre filhos da terra e meninos do reino. Os pátios desses colégios foram pontos de encontro e de “amalgamento” de tradições indígenas com européias.

Posteriormente, muitos desses índios foram segregados em aldeias ou missões à parte da colônia, sujeitos a imposições artificiais pelos jesuítas, tornando-se incapazes de vida autônoma. Não foram poucos os índios fugidos das aldeias devido às péssimas condições econômicas. Causas de despovoamento foram guerras e castigos impostos aos índios fugidos e capturados. O desenraizamento indígena veio com a colonização agrária, latifundiária, da monocultura açucareira, com a qual o índio não correspondeu ao nosso regime de trabalho – sedentário e contínuo. Do indígena se salvaria apenas a parte feminina de sua cultura, que em última análise era a mais importante, pois dominava a organização técnica; o índio homem limitando-se a caçar, pescar e guerrear.

1.3 O PORTUGUÊS NA COLONIZAÇÃO DO BRASIL

O colonizador português (dos séculos XV e XVI) era uma figura vaga, não era um inglês puritano nem um guerreiro espanhol. Esteve mais para um “contemporizador”, “Nem ideais absolutos, nem preconceitos inflexíveis” (ibid. p. 265). Sobre a população, não havia hegemonia ou exclusivismo de raça ou cultura, imperando a heterogeneidade étnica e cultural, mesmo antagônicas em alguns casos.

Portugal distinguia-se pelo cosmopolitismo. Localiza-se entre Europa e África; possui território largamente marítimo (o que desde os tempos remotos vem favorecendo os contatos humanos e o trânsito de diversos elementos étnicos e sociais), bem como carece de grandes fronteiras naturais ou físicas (rio, montanha, etc.) para defender-se de agressões ou invasões. Valendo-se do concurso de estrangeiros, como muralhas vivas para resistir, por exemplo, aos imperialismos muçulmano e de Castela, Portugal serviu de palco para frequentes guerras, de conquista e de reconquista, sendo inundado por influências asiáticas e africanas, sobretudo, desde tempos pré-históricos. Estado de guerra que deu-lhe uma “constituição social vulcânica, que reflete no quente e no plástico de seu caráter

nacional, nas classes e nas instituições, nunca endurecidas ou estratificadas definitivamente” (ibid. p.278).

Mesmo após a reconquista do território aos mouros, permaneceram as influências destes através da ação e do trabalho dos escravos vencidos sobre os senhores. Influência tamanha do mouro, maometano, africano, em suma: escravo, que concorreu para predispor o português para a colonização agrária, escravocrata e polígama – patriarcal, enfim – da América tropical, em virtude dessa experiência adquirida.

Segundo Freyre, durante o domínio mouro formou-se o nervo da população e nacionalidade portuguesas: os moçárabes. Essas populações foram subjugadas pelos mouros, sendo impregnadas de cultura e sangue do invasor. Nacionalidade que se afirmou, em seguida, mais pela intransigência da plebe moçárabe do que pelos interesses econômicos de ruivos nobres descidos do Norte para a luta contra os mouros. Com efeito, ao sangue português, já muito semita (por infiltrações remotas de fenícios e judeus) misturou-se o sangue mouro (durante os fluxos e refluxos da invasão maometana). Ainda de acordo com Gilberto Freyre, esses cristãos com influências africanas mouras, os moçárabes, formaram uma camada deveras móvel socialmente, tendendo à ascendência econômica devido a sua superioridade técnica e ao precoce desenvolvimento da burguesia em Portugal e conseqüente urbanização. Nas cidades, valorizaram-se as artes industriais e os ofícios de utilidade urbana. Não somente os moçárabes, mas a população em geral de Portugal foi seguramente uma das mais móveis do mundo. Nenhum elemento predominou exclusivamente, havendo contemporizações e interpenetrações sucessivas.

Vale destaque a presença – não esporádica, mas farta – de descendentes de moçárabes, de representantes da plebe enérgica e criadora, entre os povoadores e primeiros colonizadores do Brasil. Através desse elemento que tantos traços de cultura moral e material moura e mourisca se transmitiram ao Brasil, sobretudo o de tratar bem os escravos, como gente de casa.

A presença de judeus em Portugal também foi importante. O semita legou traços inconfundíveis à vida econômica, social e política dos portugueses. Os hebreus estiveram presentes em cidades e portos marítimos, exercendo atividades comerciais (inclusive comércio de escravos), agiotagem, profissões liberais (medicina) e ocupando altos cargos técnicos na administração, contribuindo com o

mercantilismo, mas também concorrendo para a vitória da burguesia sobre a grande propriedade territorial. Conforme Freyre, o judeu contribuiu para o bacharelismo, o requinte intelectual e científico, encontrando nos títulos universitários nota de prestígio social; contribuiu também ao horror à atividade manual. O judeu era facilmente adaptável, social e fisicamente, e possuidor de um realismo econômico capaz de corrigir excessos de espírito militar e religioso português, dando ao colonizador do Brasil algumas condições físicas e psíquicas relevantes ao êxito nos trópicos.

O regime econômico de Portugal foi uma mescla de grande propriedade e cultura parcelada (dividida a propriedade em subunidades a cargo de adstritos, mais tarde de rendeiros e foreiros). Os grandes proprietários eram o rei, as fundações eclesiásticas e todos aqueles por quem a conquista foi dividida (aventureiros, cristãos, guerreiros). Portugal teve, portanto, uma formação agrária. Aí cabe importância notável à ação criadora da Igreja, que desenvolvia, em mosteiros e abadias, o labor agrícola, nas terras auferidas durante a reconquista e as doadas por monarcas e particulares.

O Português, preguiçoso e indolente, dependia do trabalho escravo de negros e mouros (havendo, inclusive, quem fizesse bons lucros com o comércio dos cativos), os quais trabalhavam na exploração e transporte de riqueza – comércio marítimo –, em detrimento da produção de gêneros alimentares básicos. Portugueses eram mais afeitos às aventuras marítimas. Tinham tendências marítimas, afinal; o que é razoável, uma vez que é um país cujas fronteiras dão para o mar em sua maioria.

Segundo Freyre, o português é predisposto ao regime de trabalho escravo, mas o autor acha injusto acusá-lo de ter maculado com instituição tão abominável hoje em dia sua obra de colonização. O meio físico e as circunstâncias exigiram o escravo. Primeiramente, o índio mostrou total inaptidão para o trabalho constante e estável da agricultura, como já salientado. A vastidão do território. O clima, por vezes, áspero para o europeu, mesmo àqueles já minados de sangue africano. Insetos devastadores, que consumiam em poucas horas dias inteiros de trabalho. Ademais, a escassez de europeus colonizadores era notória, ainda que com a ação multiplicadora da poligamia e da miscigenação. Somente alguns corajosos incumbiram-se de tão árdua tarefa, e particularmente, sem apoio da

Coroa, cabendo-lhes todos os gastos de instalação, encargos de defesa militar e firmeza de ânimo para tal empreendimento.

Este foi, portanto, o povo que colonizou o Brasil: povo cosmopolita, cheio de sobrevivências africanas, asiáticas, estrangeiras; acostumado ao trabalho escravo; repleto de antagonismos em equilíbrio, formando um todo social plástico.

1.4 O NEGRO NA COLONIZAÇÃO DO BRASIL

Conforme Gilberto Freyre (ibid. p. 368), a importância do negro africano no progresso econômico e social do Brasil foi maior que a do indígena e, em certo sentido, maior que a do português. Todo brasileiro, mesmo o branco e louro, traz na alma – quando não na alma e no corpo – influência direta, vaga ou remota do negro.

Os negros trazidos ao Brasil eram superiores em vários aspectos de cultura moral e material, em relação a indígenas e brancos. Superior em capacidade técnica – artefatos, vegetais, domesticação e criação de animais, constituição de família, trabalho no canavial e no cafezal. Junte-se a isso considerável predisposição biológica e psíquica para a vida nos trópicos – alegria, extroversão, adaptação, maior fertilidade (ibid. pp. 370-1). Depoimentos de antropólogos revelam no negro traços de capacidade mental nada inferior aos das outras raças, como iniciativa pessoal, organização, imaginação, aptidões técnicas e econômicas (ibid. p. 379).

Não raro, porém, ao comparar-se negro com europeu, relativo ao Brasil seiscentista ou setecentista, conclui-se pela inferioridade do primeiro. Isso acontece ao não se levar em conta as condições sociais em que cada um se encontrava. O senhor branco, todo poderoso em sua casa-grande, com inúmeras pessoas a lhe servir, vivendo praticamente no ócio; o negro, escravo passivo, vivia para trabalhar e satisfazer os caprichos do seu senhor. Inexistiu uma comparação em iguais condições. Freyre avalia ser precipitado atribuir aos africanos consequências nocivas à nossa formação social e à nossa moral; impossível separar o negro da sua condição de escravo. A escravidão desenraizou o negro do seu meio social e de família; deformou o africano, que teve abafadas suas tendências criadoras e normais enquanto negro, pois desde o princípio foi escravizado, reduzido a bruto animal, a máquina trabalhando de sol a sol na lavoura açucareira. Sendo assim, é absurdo julgar-se o negro por si (seu trabalho, sua inteligência) pelo esforço sob regime de escravidão e monocultura, onde atuou passiva e mecanicamente. O correto

juízo dá-se no prisma da história econômica e social, ou seja, considerando-se o escravo; e não no prisma étnico, ou seja, o negro.

De fato, segundo as teses de Freyre, diversamente do ocorrido nas colônias inglesas – onde o critério de importação de escravos da África foi quase exclusivamente o agrícola, preferindo-se o negro resistente, animal, forte e barato –, para o Brasil observaram-se outras necessidades: falta de mulheres brancas e falta de técnicos para trabalho de metal, ao surgirem as minas. A colonização brasileira foi, em virtude disso, “beneficiada pelo melhor da cultura negra da África” (ibid. p. 382), exercendo, os africanos vindos das áreas de cultura negra mais adiantada, função civilizadora na sociedade patriarcal incipiente. Dos africanos nós herdamos muitas de suas maneiras, hábitos, linguagem; mas também vícios negativos, como brutalidade, selvageria, indolência e servilismo – próprio da escravidão. Os molequinhos negros ou mulatos foram os primeiros companheiros de infância do menino branco; as mães deles, as primeiras mestras, servindo de aias ou amamentando-o.

Os escravos homens foram a “mão direita” do latifúndio, da formação agrária brasileira, da mineração do ferro, da criação de gado. Foram a solução encontrada pela Coroa para a questão da falta de braços para a cultura do açúcar, por exemplo, para trabalho nas minas, em seguida, e nas plantações de café.

Enquanto isso, a mulher foi “dona de casa” de muito colono sem mulher branca, exercendo com maestria funções domésticas, com suas habilidades na cozinha, no trato com crianças; foi ama-de-leite de muito filho recém-nascido de português, legítimo ou não, muitas vezes substituindo a própria mãe natural. Tornaram-se mucamas, irradiando bondade, afago e religiosidade, depois de cristianizadas. Muitas outras foram mães de mulatinhos criados em casa – não raro futuros bacharéis, doutores e padres. Da mesma forma que as índias, as negras serviram aos interesses de povoamento da Coroa, diante da falta de gente para a lavoura, como reprodutoras. Serviram, bem assim, aos interesses libertinos de seus senhores, no interesse de procriação e de satisfação sexual mesmo.

Igualmente como sucedeu com os indígenas, os colégios jesuítas desempenharam papel fundamental no sentido da unificação das culturas diferentes. A religião católica tornou-se ponto de encontro de brancos e negros. Estes últimos, aliás, a princípio eram barrados nos seminários, mas por fim – depois da intervenção do rei de Portugal – foram aceitos pelos padres. As igrejas situadas nas

dependências dos engenhos foram as primeiras a agirem sobre o africano no intuito de impingir-lhe a cultura do colonizador e a fé católica. A catequese era a primeira fervura que sofria a massa de negros, antes de integrar-se na civilização oficialmente cristã, aqui formada com elementos tão díspares.

O grande problema inicial da colonização portuguesa no Brasil era a falta de gente para a lavoura. Isso fez atenuar os escrúpulos contra irregularidades de moral ou conduta sexual. Mesmo a Igreja relevou em muitos casos de moral duvidosa. As condições de vida conjugal e sexual na colônia eram amiúde irregulares, havendo senhores, solteiros ou casados, e mesmo padres, amancebados com as negras mais belas e saudáveis da fazenda, escolhidas a dedo; umas poucas caseiras ou concubinas; a maioria apenas para gozo físico e aumento do capital-homem. Em virtude disso, houve um “intercurso sexual de brancos – incluindo eclesiásticos – com escravas negras e mulatas formidável” (ibid. p. 531); resultando daí grossa multidão de filhos ilegítimos – mulatinhos criados muitas vezes com a prole legítima e branca, na casa-grande, dentro do liberal patriarcalismo das casas-grandes; outros, ainda, criados nos engenhos de frades ou orfanatos.

Não são poucos os casos de filhos de padres – brancos ou mestiços – de grande talento intelectual, salientando-se na política ou nas letras. Padres das melhores famílias e da mais alta capacidade intelectual, indivíduos alimentados e educados como nenhuma outra classe, em geral transmitiram aos descendentes essa superioridade ancestral e intelectual. À formação brasileira não faltou o concurso genético de elementos superiores, oriundos das melhores famílias e capazes de transmitir aos rebentos as maiores vantagens do ponto de vista eugênico e de herança social.

2 SOBRADOS & MUCAMBOS

Superada a fase de casas-grandes e senzalas, o Brasil adentra a fase de sobrados e mucambos. “Sobrados & Mucambos” trata basicamente do declínio do patriarcado rural ou seu prolongamento no patriarcado menos severo dos senhores dos sobrados, ao longo do desenvolvimento urbano, nos séculos XVIII e XIX. Período em que, segundo Gilberto Freyre, se forma efetivamente o povo brasileiro. Período de novos antagonismos, em que rompe-se o principal elemento sociológico de unidade brasileira: o sistema patriarcal (ou tutelar) de família, de economia, de organização social, de religião. Se, por um lado, diminuíram as distâncias sociais com o declínio do patriarcado rural, concomitantemente acentuaram-se as distâncias, em certos subgrupos, com o desenvolvimento de cidades e indústrias, com a libertação dos escravos. As relações entre os elementos, no entanto, continuaram sendo de subordinação: entre ricos e pobres, dominantes e dominados, senhores brancos sobre a gente dos mucambos. Aqui ganhou importância a figura do mulato, “elemento socialmente mais plástico e dinâmico”, arrefecedor das distâncias, sobretudo o mulato valorizado pela cultura intelectual ou técnica.

2.1 INTRODUÇÃO

No cotidiano do sistema patriarcal de casa-grande e senzala já havia convivência, interpenetração e até sintetização de valores entre os extremos opostos senhor e escravo. Em tempos de sobrados e mucambos, emerge uma nova superfície social, uma nova configuração de cultura; novas formas de sociedade caracterizadas principalmente por uma convivência entre pessoas de sexos, origens, idades e profissões diversas. Formas surgidas do enfraquecimento do domínio patriarcal rural, que deu margem ao aparecimento e à expansão de casas médias e especialmente de gente média – em que se foi fragmentando muita família antiga e opulenta de casa-grande ou à qual foi se elevando, pela perícia mecânica, muito mulato ou negro livre.

“A situação, porém, não era idílica” (FREYRE, 2006, p. 29). A ascensão de uma classe à outra, embora de forma menos áspera, não se fazia facilmente em um império escravocrático e agrário como o Brasil, onde a população era dividida em dois grandes grupos – pessoas livres e pessoas escravas. À decadência do

poder político do particular rico correspondeu não só o aumento do poder político público (encarnado pelos órgãos judiciais, policiais ou militares ou simplesmente burocráticos do governo monárquico e republicano), mas também a franca transferência de poder a burgueses enriquecidos no comércio e na indústria, por vezes estrangeiros.

Desde 1808 – ano da chegada da família real ao Brasil e da abertura dos portos ao comércio inglês – o sistema patriarcal passou a sofrer penetrações de elementos grandemente perturbadores de sua ortodoxia patriarcal. Influências socialmente renovadoras – individualismo, estatismo – e tecnicamente revolucionárias, sobretudo no fim do século XIX. A família é forçada a adaptar-se a novas circunstâncias de convivência humana, tendo sua centralidade minguada face ao desenvolvimento de escolas, igrejas, cooperativas, etc. Porém, a família tutelar permaneceu viva no caráter e na vida política do brasileiro; “o patriarcal tendendo a prolongar-se no paternal – culto ao pai protetor, providencial e necessário ao governo geral da sociedade” (ibid. p.78).

Segundo Freyre, a identificação da transferência de poder das mãos dos fazendeiros ou senhores de casas-grandes rurais para as de senhores de sobrados urbanos por vezes torna-se difícil, na medida em que antigos senhores de engenho quase sempre tinham sobrados nas cidades mais próximas onde passavam com as famílias os meses de chuva; assim como muitos senhores de sobrados, enriquecidos no comércio, na mineração, na criação de gado ou na exploração de cacau, borracha ou café, quase sempre adquiriam fazendas, sítios ou engenhos aonde iam com as famílias passar as festas, adquirindo o ritual de vida aristocrático estabelecido pelos patriarcas do açúcar. Confundia-se, em virtude disso, nas exterioridades o patriarca da cidade com o do campo.

A desintegração, afinal, de complexo tão importante sobre o que se constituiu o Brasil, não poderia deixar de ser lenta. Tão lenta que Freyre afirma não se poder afirmar que o sistema patriarcal desapareceu no Brasil. “Nossas casas (...), nossos hábitos estão impregnadas de sobrevivências patriarcais” (ibid. p. 100).

2.2 PAISAGEM SOCIAL DO BRASIL – SÉCULOS XVIII E XIX

Com a chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro, o patriciado rural das casas-grandes começou a perder a majestade dos tempos coloniais. O Brasil

deixara de ser esnobado pelo rei, tornando-se a melhor colônia de Portugal. Conseqüentemente, cresceu o interesse da Coroa pela colônia, que passou a ser explorada e governada com mais rigor.

Influências sociais e econômicas se fizeram sentir com mais clareza depois da chegada do príncipe, avigorando-se no sentido de maior prestígio não só do poder real, mas também das cidades, indústrias e atividades urbanas. Assim, começa a consolidar-se o antagonismo entre o patriciado rústico das casas-grandes da zona da “mata” – com privilégios de nobreza rural e prestigiada pelo alto clero – e a burguesia dos sobrados – prestigiada pelo rei.

Minas Gerais foi uma área colonial onde cedo se processou a diferenciação no sentido urbano. “Da colonização por paulistas afoitos, alguns talvez descendentes de judeus, resultaram as primeiras gerações, também afoitas e independentes, de magnatas do ouro e animadores de cidades (...)” (ibid. p. 110). Os grandes magnatas das minas dominaram a paisagem em suas “casas nobres” que, pelo tamanho avantajado, envolviam casas menores nas suas sombras. Segundo Freyre, esses sobrados eram um alongamento das casas-grandes rurais e semi-rurais, que alguns também davam-se ao luxo de possuir, orgulhando-se ao se intitularem “fazendeiros”. Freyre nota que a mística de prestígio social dominante no Brasil ainda era a patriarcal rural, apesar de comprometida sua estrutura.

Os excessos da política fiscal da Coroa, em virtude da maior atenção pela colônia, resultaram em revoltas urbanas, já no século XVIII, de magnatas do ouro – “autocratas de sobrados” – contra representantes do rei de Portugal no Brasil. Nesta época já havia evidências de uma nova classe: burgueses e negociantes, aventureiros enriquecidos nas minas, alguns reinóis, os quais quiseram quebrar o exclusivismo das famílias privilegiadas de donos simplesmente de terras, no domínio sobre as câmaras ou senados.

O “período antes sociológico que cronológico”, como afirma Freyre, de formação social brasileira, objeto de Sobrados & Mucambos, foi de consolidação da sociedade brasileira; período de um Governo mais forte, uma justiça mais livre da pressão de indivíduos poderosos, Igreja mais independente das oligarquias regionais. Período também de transição; de urbanização do patriarcalismo; de mais individualismo da mulher, do menino, do negro; e no entanto mais miséria, doença, velhice desamparada (ibid. pp. 125-6). Mauá e os ingleses modernizaram a técnica de transporte, os serviços urbanos (iluminação, calçamento, saneamento),

valorizando a rua, outrora somente de negros, mascates e moleques. Dentro das cidades, fábricas e estrangeiros de várias procedências; bandos de aventureiros sem lugar fixo de atividade nem organização cristã de família, gente móvel, morando em casebres, palhoças.

A transferência do poder patriarcal das casas-grandes do interior para os sobrados das cidades aproximou física e socialmente a gente senhoril das atividades mecânicas, do comércio, das indústrias que começavam a desenvolver-se nas cidades em relativa independência dos senhores de sobrados, embora principalmente para seu uso e conveniência. A serviço dos sobrados e de seus moradores foram se levantando marcenarias, carpintarias para as mobílias, drogarias, sorveterias familiares, cocheiras para aluguel de carros, lojas de miudezas européias para adorno, ferragens, armazéns, colégios para menino rico estudar e não se misturar com moleques, bancos, etc. “Também em benefício da população dos sobrados, que precisava sair à rua não só de dia, foi se aprimorando a iluminação” (ibid. p. 251-3).

A praça venceu o engenho, mas aos poucos, e imitou-lhe em suas arrogâncias e virtudes. Segundo o Autor, não se pode generalizar a respeito da aristocracia rural brasileira, afirmando que esta sempre encarnou interesses conservadores e de ordem. “A maior ou menor pressão dos interesses econômicos – intervenção da metrópole na economia particular – deve ter atuado poderosamente nas atitudes políticas dos proprietários de terra” (ibid. p. 161). O senhor de engenho, ao ter invadida sua casa-grande pelo chefe de polícia local, pelo bispo, em suma: pelo imperador, conspirou – “com cautelas maçônicas e desassombros brasileiros” - por independência, liberdade e até democracia.

2.3 PAI E FILHO

No sistema patriarcal existiu uma distância social imensa entre o homem e o menino. Distância tão grande quanto a que separa as classes dominadora e servil. No período de decadência do sistema patriarcal rural, ora descrito, o antagonismo não desaparece; “transforma-se, prolonga-se na rivalidade entre homem velho e homem moço” (ibid. p. 177).

Segundo Freyre, o menino, até certa idade, era idealizado ao extremo; identificado com os anjos do céu; criado como um anjo. Dos sete aos dez anos,

porém, ele passava a ser considerado “menino-diabo”. Criatura estranha que não comia na mesa com os demais nem conversava com gente grande. Depois do corpo do escravo, o seu era o mais castigado: apanhava dos pais, dos avôs, do padrinho, do padre-mestre. Era castigado por uma sociedade de adultos em que o domínio sobre o escravo desenvolvia, junto com o mando absoluto, o gosto de judiar do menino. O patriarca administrava a justiça familiar: matava e mandava matar negros, brancos – inclusive filhos seus.

Na era dos sobrados e da decadência do patriarcado rural, essa pedagogia sádica transferiu-se aos colégios de padre. Os pais autorizavam os mestres e padres a exercerem sobre o menino o poder patriarcal de castigá-lo com vara de marmelo e palmatória. Através do ensino de boas maneiras, latim, gramática, conservou-se a distância social. Aos meninos era ensinado que deviam guardar uma distância dos mais velhos, no sentido de subordinação e subserviência. Em colégios e confessionários, o jesuíta procurava subordinar à Igreja os elementos passivos da casa-grande: mulher, menino e escravo.

Apesar disso, foram desses colégios que saíram os primeiros letrados, que seriam então os primeiros bacharéis, juízes, padres, homens mais da cidade que da “roça” ou da “mata”. Deve-se aos jesuítas a cultura literária com que o Brasil dos primeiros tempos coloniais adornou-se precocemente. Esses alunos foram, uma vez formados, elementos de urbanização e universalização, representaram a tendência para o predomínio do espírito europeu e de cidade sobre o meio rural. O seminário de Olinda, do bispo Azeredo Coutinho, foi considerado o melhor colégio de instrução secundária no Brasil, pois ensinava – além de religião, retórica, gramática e latim – ciências úteis, como matemática, física, desenho, em livros importados da Europa, que tornaram o rapaz mais apto a corresponder às necessidades do meio brasileiro, cuja transição para uma vida mais urbana e industrial exigia técnicos mais bem instruídos e não apenas mecânicos e artífices negros e mulatos.

D. Pedro II – “desertor da meninice” – foi, entretanto, protetor do moço contra o velho. Moço representante do “bacharelismo”, das novas gerações de bacharéis e doutores, a quem o saber, as letras, a ciência cheia de promessas, começaram a dar um prestígio novo ao meio brasileiro. Moços representantes da nova ordem social e jurídica que o imperador encarnava, contra os grandes interesses do patriarcado agrário. Pedro II viu nos homens de sua geração e de sua

cultura literária e jurídica os aliados naturais de sua política de urbanização e centralização, de ordem e paz, de tolerância e justiça. Assim, moços começaram a ascender sistematicamente a cargos outrora só confiados a velhos de longa experiência de vida.

Era o declínio do patriarcalismo rural, com o desprestígio de “avós terríveis”, “senhores pais” e “mestres tiranos”; com a libertação do menino perante a tirania do velho.

2.4 A MULHER E O HOMEM

Igualmente ao abismo social que havia na relação entre pai e filho, existia na relação entre homem e mulher. Esta representava o sexo frágil, era a bela – quando gorda ou franzina; aquele, sexo forte, nobre, todo-poderoso, possuidor de todas as liberdades de gozo físico, ação social, contatos diversos. Segundo Freyre, dentro do patriarcalismo, o homem exercia o papel de elemento “móvel, militante, renovador, de imaginação criadora, perturbador da rotina”; enquanto a mulher era o elemento “conservador, estável, realista e integralizador, a mulher-mãe” (ibid. p. 217).

Mesmo na sociedade brasileira do século XIX – ainda patriarcal mas já burguesa –, os meios de expressão da mulher, a qual era apenas medianamente educada, suas possibilidades de intervenção nas atividades extradomésticas, como política, negócios, rua, continuaram insignificantes, reduzidas a formas “graciosas, inócuas e sentimentais”. A sociedade era ainda “monossexual”. Ao homem cabia exercer todas as funções imponentes – negócios, política, ciência.

Segundo o Autor, as circunstâncias do regime econômico no Brasil impuseram à mulher a condição de sexo frágil e belo. Limitaram-lhe à vida doméstica e religiosa; impuseram-lhe uma especialização humilhante de tipo físico, através das competentes alimentação e vestimenta: primeiramente, “virgencinha franzina”; depois, “mulher gorda, caseira e procriadora”.

A influência do médico de família operou-se no sentido de desafogar a mulher da opressão do marido e do padre, expondo-lhe intimidades do corpo, dores, doenças. Em vista disso, o médico contribuiu para restabelecer na mulher o sentido da vida e da saúde, tão pervertido pelos exageros do sistema patriarcal.

Ao longo da transição do patriarcalismo para o semipatriarcalismo e à medida que se elevavam socialmente elementos e instituições como juiz, diretor de escola, chefe de polícia, médico, governo, igreja, loja, a mulher foi libertando-se da excessiva autoridade patriarcal, do “*pater familias*”, elevando-se jurídica e moralmente.

2.5 O SOBRADO E O MUCAMBO

Sabemos que circunstâncias desfavoráveis desmantelaram o sistema casa-grande e senzala, latifundiário e “sociologicamente feudal”, fazendo com que se despedaçasse aos poucos. Seus elementos - outrora mantidos em equilíbrio à sombra dos engenhos - espalharam-se um pouco por toda parte, acentuando-se antagonismos de cultura europeia, africana ou indígena, ou tornando-se indiferentes uns aos outros. Com a urbanização do país, esses antagonismos não seriam mais os mesmos. No entanto, ao mesmo tempo em que se acentuavam os antagonismos entre brancos de sobrados e pretos, caboclos e pardos livres de mucambos, aumentavam as oportunidades de ascensão social, nas cidades, para “escravos e filhos de escravos, dotados de aptidão artística ou intelectual extraordinária (...)” (ibid. p. 270).

Gilberto Freyre assevera que a casa-grande, além de centro de um sistema rural de economia e de família, foi um “tipo de habitação patriarcal que existiu, modificado, nas imediações das cidades (chácaras, casas de sítio, casas assobradadas) ou mesmo dentro das cidades e à beira do mar (sobrado)” (ibid. p. 305). Alguns sobrados, inclusive, gozavam de verdadeira autonomia econômica, tendo em seus limites senzala, chiqueiro, cocheira, horta, pomar, parreiral, viveiro, açougue, etc.

Verificou-se, no Brasil, a transigência da parte intelectualmente mais avançada da nobreza rural com as indústrias, as artes e o comércio – “ingresias burguesas” –, sem que se verificasse, no entanto, o abandono da importação de negros para o sistema de trabalho escravo. Áreas de precoce ou prematura industrialização – maranhense, mineira, pernambucana no século XVIII e paulista no XIX –, mas não de mecanização, de suas economias, que continuaram a basear-se, tal qual a área agrária, na energia do trabalho escravo. Entretanto, em virtude da precoce industrialização, a organização social dessas áreas perdeu seus traços

mais doces de “familismo tutelar” e de “patriarcalismo benevolente”. Explica-se, assim, naquelas três áreas, o abandono do escravo pelo senhor ou uma exploração do operário, reduzido à condição de substituto da máquina, pelo patrão. De muita liberdade viriam a gozar negros e mulatos livres, mas não da mesma alimentação boa e assistência que lhes forneciam com regularidade os senhores das casas-grandes.

Durante o Império acentuou-se a mudança de senzalas para mucambarias ou aldeias de mucambos, palhoças ou casebres, e de casas-grandes para sobrados. O sobrado ainda patriarcal e já burguês representava a mais alta civilização brasileira, morada de ricos comerciantes e industriários; enquanto que as mucambarias por vezes representavam a tentativa de negros reviverem estilos africanos de convivência e habitação, sendo atulhadas de trabalhadores livres quase sem remédio e sem amparo. Houve também a disseminação em larga escala de casas térreas, de porta para a rua, pertencentes a indivíduos socialmente menos sólidos.

2.6 O BRASILEIRO E O EUROPEU

Em três séculos de relativa segregação do Brasil da Europa não-ibérica e, em algumas regiões, de profunda especialização econômica e intensa endogamia, definira-se um tipo brasileiro de homem, outro de mulher, um tipo de senhor, outro de escravo; mas também um meio-termo, o mulato, que aos poucos se tornava bacharel, doutor, padre; “meia-raça a formar a tão débil classe média da época”. Conforme Freyre, definira-se também uma paisagem social com muita coisa de asiático, de mourisco e de africano, com a deformação do elemento nativo.

A partir da chegada de D. João VI ao Brasil – em 1808 – o brasileiro foi abandonando muitos de seus hábitos tradicionais, a fim de adotar maneiras, estilos e o trem de vida da nova camada de europeus – criatura considerada superior – que se foram estabelecendo em nossas cidades. Através da renovação do contato com a Europa – agora industrial, comercial, mecânica e burguesa –, parte da população, considerada exótica, foi se “reeuropeizando”, seja pela imitação, assimilação ou coação de atitudes morais e padrões de vida do europeu.

De acordo com Freyre, a educação jesuítica (embora uniformizadora e útil à integração social do Brasil) sufocou, com seu ensino ortodoxamente católico, na

classe educada, a curiosidade, o gosto do saber, a capacidade de iniciativa, de crítica, a alegria de exploração científica da natureza. Porém, no século XIX, mestres franceses e ingleses aqui estabeleceram colégios, abrindo nova zona de sensibilidade e de cultura, refazendo um pouco da espontaneidade intelectual por tanto tempo abafada pelo ensino da Companhia de Jesus.

O judeu, por seu turno, trouxe para o Brasil, como elemento de diferenciação, sua capacidade para o comércio internacional, que nos enriqueceu de uma variedade de contatos, impossíveis dentro da exclusividade portuguesa. Por consequência, a especialização científica e literária que neles se aguçara por efeito da riqueza de contatos, distanciando-se dos portugueses rurais.

Com a decadência da economia escravocrata, acentuou-se a importância do europeu que aqui viesse como operário, construtor, pedreiro, pequeno agricultor, artífice, que substituísse o negro e a indústria doméstica e satisfizesse a ânsia, de parte dos mais adiantados burgueses brasileiros, de europeização dos estilos de vida, casa, traje, transporte. Para isso vieram alemães, irlandeses, italianos e suíços. Conforme Freyre, a “europeização do trabalho e do comércio” impusera-se com o declínio da economia rigidamente patriarcal e com a industrialização da vida brasileira. Os novos ritmo e estilo de vida, a organização mais industrial, burguesa e urbanizada da vida brasileira, criados pela abertura dos portos ao comércio europeu, exigiu o técnico estrangeiro, o artífice branco, o operário europeu. Para o trabalho na indústria, não estavam aptos o artífice de engenho, o mulato livre nem o operário da terra.

Todavia, do triunfo do técnico europeu beneficiaram-se mulatos da terra, que aprenderam rapidamente com o estrangeiro suas técnicas, marcando uma nova fase nas relações entre europeu e brasileiro. Igualmente uma nova fase na economia, com a valorização – pela perícia técnica – do descendente de escravo, da gente de cor moradora de mucambo mais aptos e qualificados.

2.7 RAÇA, CLASSE E REGIÃO

A organização brasileira foi predominantemente feudal, notabilizada pela fixidez, e caracterizou-se sociologicamente pelo patriarcalismo. Os elementos básicos e decisivos eram famílias e classes, separadas em dominadores – invasor branco, europeu e seus descendentes – e dominados – indígenas, africanos e seus

descendentes. Em suma, nas formas e processos, o sistema manteve-se inalterado por séculos, embora dentro dele variassem conteúdos econômicos e geográficos e substâncias étnicas e culturais.

Freyre afirma que esse sistema feudal, de família patriarcal e tutelar operou juntamente com um “amalgamento de raças e culturas”, interpenetrando-se por meio do cruzamento entre dominadores e dominados, raramente conflituoso e vigente desde os primórdios da sociedade colonial. Todavia, quando o que havia de mais rígido e aristocrático na organização patriarcal foi abalado por esse amalgamento dissolvente e democratizante (até “anarquizante”), da mistura de raças e culturas, sucedeu “uma espécie de despedaçamento das formas mais duras do sistema pela trepidação excessiva dos conteúdos” (ibid. p. 475).

Esse despedaçamento deu-se com o declínio do patriarcado rural, mais rígido e característico do Brasil, cedendo espaço ao desenvolvimento de formas individualistas de organização de família, de economia e de cultura, em que “súditos” e “cidadãos” – outrora quase ausentes entre nós, tal a lealdade de cada um a seu pai natural ou social: o patriarca – apareceram nitidamente na sociedade. O poder discricionário patriarcal, tutelar, transferiu-se para o rei, depois ao imperador, ao Estado, em suma. Acentuou-se, assim, a interpenetração de *raça* e *classe* (que desde o começo da colonização se verificou) e a transferência de indivíduos e até de famílias inteiras de cor, da classe a que pareciam condenados – dominados – para a classe intermediária, situada entre senhores e escravos (em fins do século XVIII, mas principalmente no XIX).

Paralelamente ao processo de reeuropeização, entretanto, ocorria um vasto processo de opressão no interesse de uma só classe, raça, cultura de minoria ou região, em detrimento do interesse público – opressão de escravos ou servos por senhores, pobres por ricos, população do campo por população da cidade –, encarnada principalmente nos moradores das cidades, manifestada pelas câmaras municipais, juízes de paz, chefes de polícia e aplaudida pela imprensa. Posturas contra “escravos cujo comportamento ou traje, considerado mais ostensiva ou perigosamente impróprio de sua condição de servil, perturbavam ou inquietavam os indivíduos de raça, cultura ou classe dominantes (...)” (ibid. p. 510). Sobretudo opressão das culturas não-européias pela européia, dos valores rurais pelos urbanos, das expansões religiosas e lúdicas da população servil pelos padrões europeus de vida e comportamento da população senhoril.

Segundo Freyre, por consideração ou temor aos “olhos dos estrangeiros” (ingleses e franceses) e sob pressão de interesses burgueses europeus, destruíram-se sobrevivências rústicas e patriarcais, expressões de diferenças de cultura, raça, classe e região, que coexistiam sob o primado lusitanamente católico. Rompeu-se o equilíbrio e acentuou-se a exclusão violenta de diferenças, em favor do elemento europeu, senhoril e urbano, agora com sentido burguês, capitalista, francês e inglês de dominação. Dominação de superiores sobre inferiores.

2.8 O ORIENTE E O OCIDENTE

Até a transferência da Corte de Portugal para o Rio de Janeiro, o primado europeu de cultura no Brasil significara o primado português ou ibérico, abertas apenas a efêmeras exceções. Todavia, levando-se em conta que Portugal era impregnado de muitas influências asiáticas – mouras, árabes, israelitas e maometanas –, o Oriente deu considerável substância à cultura que aqui se formou e à paisagem que aqui se compôs dentro de condições predominantemente patriarcais de convivência humana, de exploração da terra pelo homem e dos homens de uma raça pelos de outra.

Chegando ao Brasil, o Príncipe Regente e seus orientadores fizeram tudo para aproximar-nos da Europa propriamente ocidental – britânica e francesa; segundo Freyre, menos em função de uma política portuguesa em relação ao Brasil do que de uma política imperialista inglesa, de absorção e dominação de povos e culturas extra-européias, para expansão dos produtos de suas indústrias.

O que havia entre nós do Oriente representava uma “profunda e saudável adaptação do homem ao trópico”. Ruas estreitas, xales, guarda-sóis, cortinas, água de coco. Do plebeu africano diz-se que se acomodaria mais ao trabalho em extrema desigualdade e que já estaria acostumado ao sistema patriarcal de proteção em troca de trabalho na lavoura e aprendizado de artes e ofícios. Mesmo o comércio entre Brasil e Oriente já existia desde remotos tempos coloniais, em que se trazia vinho, farinha de trigo, bacalhau, principalmente escravos para as lavouras de cana.

No entanto, a partir do meado do século XIX, aumentou a variedade de produtos vindos ao Brasil de navios oriundos da Europa com preços inferiores aos artigos do Oriente. As imitações puseram ao alcance de maior número de pessoas artigos que, quando autênticos e feitos à mão no Oriente, somente eram adquiridos

por fidalgos, ricos, constituindo insígnias ou privilégios de classe superior ou de indivíduos em ascensão social. Dessa forma, a vitória do Ocidente industrial sobre o Oriente artesão teve efeito democratizante no Brasil.

O Oriente foi, em virtude disso, desaparecendo das casas de comércio, dos anúncios de jornal, do interior das casas, dos trajos e hábitos das pessoas, tornando-se “remoto e vago” à sociedade brasileira, ainda em formação.

2.9 ESCRAVO, ANIMAL E MÁQUINA

No regime escravocrata, o animal – boi, cavalo, mula, camelo – serviu de auxiliar do escravo submisso. A máquina, por sua vez, libertou ambos do trabalho pesado, substituindo-os pelo cavalo a vapor e o carvão; tal qual ocorria na Europa e nos EUA em 1845, mas não no Brasil, onde a tração humana ainda prevalecia, tanto para carregamento de mercadorias, quanto de senhores, preservando-se os cavalos aos nobres, autoridades, chefes de tropa e militares.

De acordo com Freyre, a mecanização já em voga na Europa industrial levou certo tempo a ser implantada significativamente no Brasil. As famílias patriarcais eram deveras fixas no engenho, visitavam-se raramente, não necessitando, portanto, de veículos rápidos nem de boas estradas. À consolidação das máquinas, então, faltavam incentivos, visto que eram caras, de difícil manuseio e faltavam técnicos especializados para operá-las; por outro lado, sobravam negros fáceis e simples para fazer todo o trabalho. Mesmo aos negros parecia não interessar a máquina, pois acreditavam que lhes aumentaria o trabalho e a responsabilidade, além de lhes quebrar a rotina de vida e as relações patriarcais. Como já relatado, parecia desejável aos negros serem “guiados e protegidos paternalmente por brancos ou senhores poderosos” (ibid. p. 657). Quando de fato o escravo era tratado paternalmente por senhor cuja superioridade social e de cultura ele reconhecesse, o escravo conformava-se com seu *status* (ibid. p. 659).

Porém, com o início do processo de reeuropeização trazido pela família real e o conseqüente declínio do patriarcado rural, a máquina foi aos poucos aparecendo na paisagem do Brasil.

A condição de “pai social” representada pelo branco perante o negro foi-se desconstruindo e as relações entre senhores e escravos, “despersonalizando-se”. Essa despersonalização verificou-se ao se expandirem os primeiros engenhos em

grandes fábricas, com centenas de operários-escravos a serviço do senhor; acentuou-se com a exploração das minas; com a venda de escravos do Nordeste para o Sul cafeeiro e mineiro ou extremo Norte, terras exploradas por senhores ausentes ou ávidos de fortuna rápida. Tratados como máquinas de produção e ganho, bestas de carga, “diminuídos à condição de bichos ou de coisas imundas, pelas vendas humilhantes” e “desenraizados do meio nativo”, muitos negros se rebelaram ou resvalaram para o crime ou insubordinação (ibid. p. 660).

À medida que crescia o número de estrangeiros, técnicos e operários ingleses, os quais traziam consigo máquinas e instrumentos sobre o que tinham extrema habilidade em manejar, mais se proliferavam as máquinas no Brasil. Paulatinamente esses técnicos estrangeiros foram transmitindo seus conhecimentos de máquinas, instrumentos, inventos novos a auxiliares negros e especialmente mestiços, “sôfregos de ascender socialmente”. Segundo Freyre, aliás, depois do técnico ou do artesão estrangeiro, o negro livre, o pardo e o mulato de cidade foram os elementos que mais se entusiasmaram com a mecanização do trabalho, por enxergar no domínio sobre a máquina meio de elevar-se socialmente, melhorar de status, aproximando-se socialmente do técnico ou mecânico estrangeiro e tornar-se necessário aos brancos da terra. Negros e mulatos livres revelaram-se poderosos auxiliares de técnicos europeus; os mulatos foram os que mais rapidamente aprenderam as novas técnicas de operar equipamentos (ibid. p. 665).

Conforme se expandiam mineração, fundições, indústrias, estradas de ferro, plantações mecanizadas; conforme se importavam aço, ferro, cobre, chumbo, fornos, etc.; e, de resto, com o fim do tráfico legal de africanos e a conseqüente realocação de capitais, mais tornavam-se necessários técnicos e trabalhadores para substituir o trabalho lento de animais e escravos. Assim surgiu uma nova camada de população: homens livres, na sua maioria mestiços, valorizados pelo fato de saberem manejar máquinas ou motores importados da Europa (ibid. p. 668).

Segundo Freyre (ibid. p. 669), toda uma revolução técnica assumiria aspectos de renovação da economia, da organização social e da cultura brasileira; da própria paisagem. Na indústria do açúcar e na organização social e de cultura baseada sobre a mesma indústria e sobre a agricultura da cana, as alterações trazidas pelas máquinas foram também consideráveis, havendo substituição da mão-de-obra escrava por homens livres, incluindo imigrantes europeus (ibid. p. 678-9). Surgiu uma nova classe: maquinistas, mecânicos, técnicos, que tomou feições de

revolução social pela sua importância. A máquina diminuiu a importância tanto do escravo quanto do senhor, valorizando o mestiço – mulato, meio-sangue, branco pobre, sem outra riqueza ou pobreza que sua técnica –, concorrendo para fazer dessa nova classe uma “meia-raça”, uma classe média, a qual impôs novas relações com o senhor de terras, como homem livre que era (ibid. pp. 669-70).

Segundo Freyre (ibid. p. 680), deve-se aos imigrantes ocidentais não-ibéricos (franceses, ingleses, alemães), tecnicamente adiantados, do tipo burguês e industrial, a introdução, no Brasil, de valores burgueses, ao lado do aburguesamento de hábitos da gente rica dos sobrados e de alguns senhores de casas-grandes mais em contato com as cidades.

2.10 ASCENSÃO DO BACHAREL E DO MULATO

Desde os tempos coloniais, o bacharel e o mulato vinham se constituindo em elementos de diferenciação dentro da sociedade patriarcal rural, procurando integrar-se pelo equilíbrio ou acomodação entre os extremos antagônicos senhor e escravo.

“A urbanização do Império, a conseqüente diminuição de tanta casa-grande gorda, em sobrado magro, até em chalé esguio, a fragmentação de tanta senzala em mucambaria, (...) de negro ou pardo livre, dentro da cidade, tornou impossível a manutenção do antigo equilíbrio, da época de ascendência quase absoluta dos senhores de escravos sobre todos os outros elementos da sociedade (...)” (ibid. pp. 711-2).

A valorização social começou com o europeu imigrante, elemento da Europa burguesa, de onde nos foram chegando novos estilos de vida, novos valores – contrários aos rurais e patriarcais –, que foram se tornando insígnias de mando de uma nova aristocracia: a dos sobrados; de uma nova nobreza: a dos doutores e bacharéis; de uma nova casta: de senhores de escravos e terras, sofisticados demais para a rude vida rural. Segundo Freyre (ibid. p. 712), essas eram tendências encarnadas pelo bacharel – branco ou mulato, filho legítimo ou não do senhor de engenho –, que voltava com novas ideias da Europa, onde fora estudar. Às vezes, porém, eram rapazes da burguesia mais nova das cidades que se bacharelavam na Europa, filhos ou netos de “mascates”; valorizados pela educação européia, tornavam-se socialmente iguais aos filhos dos mais poderosos senhores de terras.

Muitos destes bacharéis e doutores – vindos de Coimbra, Paris, Alemanha, Inglaterra; depois de São Paulo, Olinda, Rio de Janeiro, Bahia –, formados em sua maioria em direito ou medicina, outros em filosofia ou matemática, traziam consigo ideias inglesas e modas francesas, por vezes desprestigiaram pais e avós ainda patriarcais. Muitos deles se decepcionaram com a paisagem brasileira, de terras queimadas e devastadas, desejando um Brasil independente e republicano. Esses elementos de diferenciação criadora puseram em prática seus planos nativistas de independência política da colônia. “(...) bacharéis e doutores formados na Europa tornaram-se (...) elementos de diferenciação criadora, (...) inimigos da aristocracia matuta, a cujos gostos e maneiras dificilmente se readaptavam; por outro lado, encontraram nela seus aliados naturais para os planos revolucionários de independência política da colônia (...)” (ibid. p. 716). Revoluções como a Inconfidência Mineira, a Revolução dos Padres e a Revolução do Equador, foram conduzidas por bacharéis, padres, intelectuais, ansiosos por um Brasil independente e republicano, aos quais se aliaram senhores de terras e de escravos a quem convinha a independência de Portugal por motivos econômicos – açúcar, mineração.

A bacharéis mulatos e “morenos” e gente como Tiradentes (que não era bacharel, mas tinha algo de doutor), gente de meia-raça, no entanto, as motivações eram mais ideológicas, psicológicas e sociológicas. Essa classe média sentia “necessidade de melhor ajustamento social” que viesse a “dar-lhes mais responsabilidade na direção política do país”.

A plebe intelectual, dos doutores pobres, jornalistas, oradores, alcançou certa influência no século XIX, com sua pena, sua palavra e sua ação, em nome do pensamento liberal. Essa geração foi um prolongamento da outra (filhos de senhores de engenho), e se impôs mais violentamente através de choques e atritos com o velho patriarcado rural e com a burguesia afidalgada dos sobrados.

A geração que fez a República, entretanto, teve seus meios-termos burgueses. Bacharéis mulatos, de origem plebéia, souberam se acomodar entre a velha ordem econômica e a nova. Neste raciocínio entram os bacharéis da Escola Militar e Politécnica, militares às vezes mulatos ou “negróides”, atores nada coadjuvantes da Proclamação, que vieram assegurar a preponderância do elemento europeu no novo Estado.

Em 1845, na época do domínio do jovem bacharel D. Pedro II, começaram a aparecer homens formados à frente da administração das províncias e nas maiores responsabilidades políticas e de governo; sediados em edifícios onde foram se instalando repartições públicas, que principiaram a avultar na paisagem brasileira, tomando o lugar de muita casa de particular. Acerca da transferência de poder de uns edifícios para outros se apercebeu o povo, que cunhou as antigas casas-grandes patriarcais de “casas-grandes do governo”.

Conforme se iam urbanizando, as cidades grandes tornaram-se o “paraíso dos mulatos”. Segundo Freyre: “Os meios ou ambientes ideais para ascensão rápida dos mais simpáticos e mais hábeis, principalmente quando valorizados pelo saber técnico ou acadêmico” (ibid. p. 748).

Os mulatos, desde o princípio do século XIX, começaram a sair em grande número de “cortiços” e “mucambos”, onde “imigrantes portugueses e italianos mais pobres foram se amigando com pretas e pardas.” Segundo Freyre, desse cruzamento surgiram muitos descendentes mulatos, que foram os de vida mais difícil, tornando-se capangas de políticos, tocadores de violão, malandros de bairro, enquanto muitas mulatas tornaram-se prostitutas. “Faltaram-lhes as facilidades que amaciaram os esforços de ascensão intelectual e social de muitos mulatos de origem rural com sangue aristocrático nas veias” (ibid. p. 749). Sobre estes agiu o desfavor das circunstâncias sociais, predispondo-os ao estado de “flutuação” e “inadaptação aos quadros normais de vida e profissão”, inconstância no trabalho, frutos da união ilícita entre seres “socialmente desprezíveis”, viventes de cortiços e mucambos. Na rua – “meio urbano mais trepidante” – é que cresciam os moleques (socialmente desfavorecidos), em quem se acelerava o desenvolvimento da inteligência, mas inteligência no sentido de revolta precoce e a esmo, no sentido até antissocial, de travessura, roubo, caricatura em muro.

Nesse ambiente, onde pululavam indivíduos sem eira nem beira, é onde crescia o mulato livre de cidade, ambiente de maior antagonismo entre sobrado ou casa assobradada e mucambo ou cortiço. “De modo que foi ao acentuar-se a predominância, na paisagem brasileira, do contraste de sobrados com mucambos, que se acentuou, entre nós, a presença de negros e pardos como inimigos de brancos” (ibid. pp. 750-1).

2.11 SISTEMÁTICA DA MISCIGENAÇÃO NO BRASIL PATRIARCAL E SEMIPATRIARCAL

Desenvolveu-se, no Brasil, em qualquer sub-região, ao lado do sistema patriarcal, agrário, pastoril, rural, semi-rural e urbano, o sistema de miscigenação. No século XIX conviviam, no Brasil, portugueses, descendentes de europeus, mulatos, caboclos, cafuzos, negros e índios.

Apesar das diversas culturas e raças que aqui conviviam e a despeito dos aparentes antagonismos, o característico mais vivo do ambiente social brasileiro parecia ser o de reciprocidade cultural. Reciprocidade acompanhada de intensa mobilidade social – entre classes e entre regiões, vertical e horizontalmente, do mucambo ao sobrado, do Norte ao Sul do país e vice-versa (ibid. p. 802). Todavia, essa mobilidade, quando positiva, parece ser atributo exclusivo dos bacharéis e doutores, que trocam de classe ou região, até de raça, por intermédio do diploma. Desde os princípios da colonização, dentro do regime de economia escravocrata, a parte branca, quando muito a mameluca, é que desfrutou das melhores oportunidades de desenvolvimento intelectual e de ascensão social.

Segundo Gilberto Freyre (ibid. p. 805), entretanto, o desenvolvimento social não acontece por determinismos, seja étnico, racial, geográfico ou econômico. O desenvolvimento ocorre dinamicamente, historicamente, condicionado tanto pela raça, pela técnica de produção, quanto pelo meio físico, sem cada uma determiná-lo de modo rígido, mas influenciando-o reciprocamente. O mulato, por exemplo, é a “negação do biologicamente estático”; a afirmação mais viva do “socialmente dinâmico”, “racialmente dinâmico” (ibid. p. 806).

“O dinamismo das culturas que se combinam no Brasil ainda geram choques de antagonismos na vida social, cultural, política. A interpretação desses choques, porém, não deve ser feita sob o critério simplista de conflitos entre raças ou de ‘luta de classes’. A disparidade entre grupos no Brasil provém do conflito entre as fases ou os momentos de cultura que, encarnados a princípio pelas três raças diversas, hoje o são por populações ou ‘raças’ puramente sociais; também por diferenças regionais de progresso técnico; pelos maiores ou menores contatos sociais e intelectuais com estrangeiros; a disparidade procede, também, das distâncias sociais, ainda grandes, que se acentuaram no Brasil desde a era colonial entre grupos e regiões, favorecidos por minorias política e economicamente poderosas e por condições ecológicas de solo, terra e clima” (ibid. p. 807).

As cidades industrializadas, sob fator decisivo dessas ou de outras circunstâncias, passaram a conservar, dentro delas, mucambarias e favelas

profundamente diferenciadas da parte nobre da população. As populações são diferenciadas, ao que parece, pelas condições materiais de vida de grupo para grupo (e não de raça para raça): área mais “europeizada” e área mais “africana” ou de cultura mais “elementar”; classe explorada e classe exploradora.

3 GILBERTO FREYRE E A REEUROPEIZAÇÃO DO BRASIL

A obra de Gilberto Freyre caracteriza-se pela multidisciplinaridade, perpassando várias áreas de conhecimento – sociologia, antropologia, história, psicologia, biologia – e considera aspectos díspares, heterogêneos, biológicos, culturais e ecológicos na determinação de uma cultura singular, como denota-se na leitura de suas obras principais. Freyre dá crédito à miscigenação no Brasil, defendendo, sobretudo, os africanos e seus descendentes, mas também os portugueses, e valoriza o papel e as contribuições dos diferentes grupos étnicos e culturais que constituíram a gênese da sociedade brasileira. Freyre aborda a questão das relações raciais, confirmando a existência de racismo na sociedade brasileira, mas procurando salientar as peculiaridades aqui existentes, em comparação com países como Estados Unidos; a questão do gênero é analisada, em especial o mundo feminino; a questão das gerações (tensões entre jovens e velhos e a ascensão de mulatos e bacharéis), que surge no século XVIII. Freyre afirma que a família patriarcal foi o eixo fundamental da sociedade brasileira, até seu declínio, no processo de urbanização pelo qual passamos; sempre tendo como foco principal a vida doméstica, o cotidiano das famílias (VELHO, 2008).

Em *Casa-grande & Senzala*, Freyre narra o encontro de culturas diversas nos trópicos; primeiramente do português com o índio; juntando-se a estes, em seguida, o negro.

A formação da sociedade brasileira caracterizou-se, sociologicamente, pelo patriarcalismo e, economicamente, pela monocultura agroexportadora, com base na mão-de-obra escrava. A relação entre as raças foram, desde o princípio, condicionadas pelo sistema econômico. Apesar do caráter feudal da sociedade patriarcal – socialmente fixa e auto-suficiente –, um amalgamento de culturas esteve presente desde 1532, ano em que “se organizou econômica e civilmente a sociedade brasileira” (FREYRE, 2003 p. 65), iniciando-se efetivamente a colonização portuguesa no Brasil.

A sociedade brasileira, nos seus primórdios, era extremamente desigual. Um abismo social dividia a população em duas castas bem delimitadas: senhores brancos, proprietários de terras e de escravos, que detinham riqueza e poder político, mandando e desmandando a seu bel-prazer dentro do seu engenho, e, no outro extremo, escravos negros, submetidos ao domínio do seu dono,

desorganizados enquanto classe e sem nenhum direito, apenas o dever de trabalhar e servir a seu dominador.

Havia uma tremenda ambiguidade na relação entre essas duas raças desiguais (que foram as de maior peso na colonização do Brasil): enorme distância social e íntima comunicação. Apesar do imenso desequilíbrio de forças, despotismo do senhor de terras todo-poderoso e a passividade do negro escravo (e a indiferença do indígena), um incrível sincretismo (com motivações possivelmente econômicas, entre outras) fez com que esses opostos se equilibrassem. As três culturas – branca, indígena e negra – atuaram num intenso processo de miscigenação ocorrido no Brasil, decisivo na formação do povo brasileiro.

Freyre explica o equilíbrio dos antagonismos pelo caráter contemporizador dos portugueses; sujeito possuidor duma plasticidade social única, “Nem ideais absolutos, nem preconceitos inflexíveis” (ibid. p. 265). O ensaísta americano Benjamin Moser (2010), referindo-se à teoria do lusotropicalismo de Gilberto Freyre, considera os portugueses os colonizadores ideais: tinham gosto pela aventura tropical; povo cego em relações a raças, apto para miscigenação, pois estão numa posição entre Europa e África, entre cristianismo, judaísmo e islamismo. Nesse sentido, Roberto Motta (2004) afirma: “(...) a religião foi o ponto de encontro entre a cultura negra e a branca no Brasil. Também o foi para o encontro entre a índia e a branca, e das três em seu conjunto.” E segue afirmando que, em Portugal, o povo ignorava a ortodoxia católica; bem assim, os párocos toleravam muitas crenças pagãs; somado a isso, a aculturação dos portugueses, desde os primeiros tempos históricos, formou uma religião mestiçada. Esses atributos sustentaram as imensas contradições e, pelo contrário, segundo Freire Rodrigues (2003), influenciaram a proximidade entre as culturas lusa e negra, originando novos costumes, religião, misturas, cordialidade; Freire Rodrigues ainda enxerga uma singularidade na escravidão brasileira, a qual reside na convivência simultânea da desigualdade despótica (relação senhor/escravo) e da intimidade e afetividade entre as duas culturas.

O índio, embora tenha fracassado no trabalho constante da lavoura açucareira, concorreu para a formação social brasileira. O jornalista e político brasileiro Aldo Rebelo (2000) considera o indígena “(...) pilastra fundamental para erguer o edifício da formação do povo brasileiro.” Especialmente a mulher índia, espécie de mãe do Brasil, que criou, educou, transmitiu valores e crenças, deixando

sua marca em traços permanentes de personalidade, dos hábitos, da culinária, higiene (banho diário, etc.).

Ao negro, Freyre atribui importância maior no progresso econômico e social que ao indígena, e mesmo que ao português, atribuindo também ao africano superior cultura material e moral e capacidade técnica e artística em relação aos demais (FREYRE, 2003, p. 368). Sem dúvida o negro, na colonização do Brasil, foi importante não somente para os interesses de povoamento da Coroa, devido à falta de braços para a grande lavoura, como também satisfez os anseios físicos dos portugueses, diante de negrinhas tão dóceis e submissas. Aldo Rebelo (2000) alcunha o escravo africano de “(...) alicerce em que se fundamenta a sociedade brasileira, artífice de nossa civilização.” Com efeito, o negro foi a “mão direita” do português não apenas na lavoura açucareira, mas ainda na mineração de ferro e na criação de gado (FREYRE, 2003, p. 390).

O privatismo caracterizou os primeiros séculos da colonização, em que a família patriarcal era a unidade básica da formação social brasileira, diante da total ausência e imensa distância do Estado português. A casa-grande e a senzala representaram, no Brasil, todo um sistema econômico, social e político. Nas palavras do próprio Freyre:

“A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador do Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase reina sem governar” (ibid. p. 81).

De fato, não havia limites à autoridade do senhor de terras diante de escravos passivos, indefesos, que necessitavam de abrigo e proteção do seu patriarca. Essa situação social extremamente díspar, de dependência pessoal do negro em relação ao patriarca, ensejou o “familismo tutelar”, a relação de favor e troca entre desiguais. Aos escravos restou a condição servil, por serem os mais fracos da relação; mesmo assim, pareciam conformados com a situação quando efetivamente “guiados e protegidos paternalmente por brancos ou senhores poderosos” (FREYRE, 2003. p. 657).

Jessé Souza (2003) cita o caráter autárquico desse domínio senhorial no engenho, afirmando que não havia justiça acima dele; ele exercia o poder de mando pela via direta da violência armada; dominava a mulher, os filhos e os escravos, por

vezes até a Igreja, quando reduzida à mera capelinha dentro dos limites do engenho.

Em “Sobrados & Mucambos”, Freyre analisa a absorção da modernidade pelo Brasil, descreve a singularidade cultural do processo civilizador brasileiro e as consequentes decadência do patriarcado rural e ascendência da burguesia urbana.

Em 1808, com a chegada da família real ao Brasil e a subsequente abertura dos portos ao comércio inglês, começa um constante processo de modernização do país. A essa modernização Gilberto Freyre dá o nome de “reeuropeização”, o que implicou mudanças tanto estruturais como culturais. Segundo Jessé Souza (2003), nesta sociedade ainda movida à tração humana e primitivamente anti-igualitária e anti-individualista chegam, em 1808, as duas instituições mais importantes da modernidade: o Estado racional e o mercado capitalista.

De acordo com Freire Rodrigues (2003), “(...) a nova cultura citadina implica emergência de novos hábitos, papéis sociais, valores e costumes, novas profissões e hierarquias sociais.” Já Jessé Souza (2000), acredita que a implantação do Estado, no Brasil, bem como as mudanças políticas, econômicas e ideológicas, a introdução de máquinas e a formação de um incipiente mercado capitalista, geraram oposição entre valores europeus burgueses e valores anti-europeus do interior. A reeuropeização gerou também impactos formidáveis no sentido da dissolução do patriarcalismo rural, levando consigo seus valores não civilizados e locais, seu sincretismo de culturas; fragmentou-se a unidade orgânica do sistema casa-grande/senzala, e seus elementos antagônicos, outrora em equilíbrio (apesar do imenso abismo social entre as classes) espalharam-se por todo lado, provocando conflitos e oposições ferrenhas. Gilberto Freyre afirma que, “para inglês ver”, ocorreu um vasto processo de opressão no interesse de uma só classe, raça, cultura de minoria ou região, em detrimento do interesse público – opressão de escravos ou servos por senhores, pobres por ricos, população do campo por população da cidade – encarnada principalmente nos moradores das cidades, manifestada pelas câmaras municipais, juízes de paz, chefes de polícia e aplaudida pela imprensa. Um sufocamento cultural dos elementos não-europeus pelos europeus, dos valores rurais pelos urbanos, das expansões religiosas e lúdicas da população servil pelos padrões europeus de vida e comportamento da população senhoril.

Segundo Florestan Fernandes (1981), ao assimilar o capitalismo como sistema de relações de produção e de troca, a sociedade desenvolve uma “ordem social competitiva”, que organiza o padrão de equilíbrio dinâmico e o adapta às suas potencialidades econômicas e socioculturais.

“Nas ‘sociedades nacionais’ dependentes, de origem colonial, o capitalismo é introduzido *antes* da constituição da ordem social competitiva. Ele se defronta com estruturas econômicas, sociais e políticas elaboradas sob regime colonial, apenas parcial e superficialmente ajustadas aos padrões capitalistas de vida econômica” (1981, p.149).

Florestan afirma que esse processo ocorreu no Brasil, onde essas estruturas coloniais interferiram sobre o dinamismo do mercado mundial – tolhendo ou selecionando seus efeitos positivos – e sobre o mercado interno – restringindo seu impacto construtivo. Essas estruturas coloniais, como a escravidão, mostraram-se pouco elásticas e rígidas na absorção do dinamismo econômico indispensável ao capitalismo. As influências dinâmicas, no Brasil, foram determinadas pelos interesses econômicos da aristocracia agrária e, em menor escala e paulatinamente, pelos interesses econômicos do setor comercial.

Florestan afirma, também, que essa aristocracia agrária não tentou absorver o capitalismo enquanto fosse possível uma composição entre passado e futuro; somente alterou sua mentalidade e seu comportamento ao se dar conta de que a combinação de capitalismo e nobreza agrária escravocrata não podia manter-se indefinidamente, vindo a destruir com suas próprias mãos a velha ordem, a fim de salvar seus privilégios. Este agente econômico mais privilegiado, então, pôs em jogo a organização escravista, mas não seu privilegiamento econômico, social e político; ou seja, questionou a ordem social, não seu principal elemento humano. Por isso, preferiu a “solução política que adaptava, através da República, a organização da sociedade à sua condição burguesa” (ibid. p. 154). Freyre corrobora essa tese. Em *Sobrados & Mucambos*, afirma que “a geração que fez a República teve seus meios-termos burgueses entre a velha ordem econômica e a nova.” Mesmo os bacharéis mais humildes representaram uma acomodação entre os dois regimes. Ademais, em relação à Independência, Freyre afirma o seguinte:

“(...) bacharéis e doutores formados na Europa tornaram-se (...) elementos de diferenciação criadora, (...) inimigos da aristocracia matuta, a cujos gostos e maneiras dificilmente se readaptavam; por outro lado, encontraram nela seus aliados naturais para os planos revolucionários de independência política da colônia (...)” (ibid. p. 716).

Já Freire Rodrigues (2003) acredita que a mudança que o Brasil viveu no século XIX – formação do Estado e advento do capitalismo – teve grande impacto democratizante na sociedade brasileira no período, embora tenha sido uma imposição de cima para baixo, inclusive com influência de interesses comerciais do industrialismo/imperialismo inglês. As mudanças tecnológicas – como a introdução da máquina – desvalorizaram a sociedade patriarcal ao diminuir a importância tanto do senhor quanto do escravo e valorizou o elemento médio, de “proximidade”, que é o produto dos dois primeiros: o mestiço.

A máquina estabeleceu um novo tipo de relação social, eivada de impessoalidade e com vistas ao mercado. O elemento médio (o meia-raça), deslocado na sociedade escravagista, valorizou-se “de baixo para cima” na sociedade em processo de urbanização e reeuropeização, incorporando-se na figura do mestiço. O mulato habilidoso tornou-se figura de suma importância, exercendo a função de auxiliar do técnico estrangeiro nas manufaturas (depois de ter aprendido com este o ofício) e ajudante do comerciante. Vale ressaltar que assim aconteceu não por privilégios herdados, mas por qualidades e talentos pessoais, ou seja, valores impessoais. Citando mais uma vez Freire Rodrigues: “A perícia e o conhecimento são elementos que passam a definir a nova hierarquia social. Tem-se um elemento democratizante na mobilidade social (...)”. Crescem as possibilidades de ascensão social, especialmente a mestiços talentosos e mulatos bacharéis, exatamente os elementos de maior plasticidade e mobilidade sociais e de integração entre senhor e escravo.

O mulato bacharel – filho de senhor branco com escrava ou descendente da burguesia mais nova da cidade – após voltar da Europa graduado, sobretudo em direito ou medicina, foi outro elemento que emergiu na sociedade urbanizada. Este, no entanto, seguiu a lógica “de cima para baixo”, formando a nova aristocracia dos sobrados, sendo que muitos dos quais desempenharam as novas funções do Estado, como de burocrata, juiz, fiscal, etc. A ascensão política dos bacharéis, filhos de senhores de engenho, contribuiu sobremaneira para a transferência de poder da nobreza rural das casas-grandes de engenho para a aristocracia ou a burguesia intelectual dos sobrados das cidades.

Para Jessé Souza (2003), os valores burgueses e individualistas, surgidos quando da formação do Estado e do advento do mercado, não foram institucionalizados a certos estratos da população. Contemplou basicamente quem

teve oportunidade de estudar – ou seja, filhos de senhores ricos – ou quem tinha talento; em outros termos: a modernização favoreceu “quem se europeizou”. Criou-se um tipo humano uniforme, tanto na organização afetiva, quanto na organização racional e valorativa. Segundo o mesmo autor, Estado e mercado capitalista não foram suficientes para possibilitar a homogeneização das condições e oportunidades sociais. O tipo humano burguês foi de difícil assimilação a certos grupos acostumados à escravidão, redundando em uma legião de inadaptados – párias urbanos e rurais – que foi excluída para a margem do sistema vencedor. Freire Rodrigues, por seu turno, diz que, enquanto o mestiço era incorporado à sociedade civil emergente, o negro (e o mestiço pobre) passava(m) por um processo de proletarização e demonização, vindo a atulhar mucambarias, cortiços e favelas nas cidades. Pelos mestiços, aliás (descendentes legítimos ou ilegítimos de senhor branco com índia ou negra), desde os tempos coloniais vinham se subdividindo partes consideráveis das grandes propriedades rurais.

O período retratado em Sobrados & Mucambos foi de consolidação da sociedade brasileira. A praça venceu o engenho e a rua venceu a casa. Período de um Governo mais forte, de uma justiça mais livre da pressão de indivíduos poderosos, de Igreja mais independente das oligarquias regionais. Época também de transição, urbanização do patriarcalismo, aburguesamento de hábitos, modernização das cidades a serviço dos sobrados e seus moradores. Período de mais individualismo da mulher e do menino. Época de abandono de negros e mulatos pobres, inadaptados ao novo sistema econômico e social, e relegados a condições muito similares de subordinação, dependência e servilismo dos tempos da escravidão ou mesmo de mendicância e bandidagem.

Conforme Florestan Fernandes (1981), desde o princípio do crescimento da economia urbano-comercial, no Brasil, onde se expandia o “trabalho livre” como mercadoria, seguiu-se paralelamente a exclusão do escravo – do qual, aliás, procedia o excedente econômico que dinamizava o crescimento. O escravo permaneceu ligado ao trabalho bruto, braçal ou doméstico e condenado, em virtude disso, às conseqüências negativas da evolução do sistema novo, em que os papéis econômicos centrais deslocaram-se do trabalho escravo ao “trabalho livre”. A expansão do trabalho livre iniciou com a imigração estrangeira; só depois se lançou a torrente de homens livres e ex-escravos, que foram absorvidos de forma irregular e inconstante pelo mercado, sem no entanto compreender bem a natureza do trabalho

livre e da mercantilização do trabalho. Segundo Florestan, o trabalho livre nasceu fadado a articular-se, estrutural e dinamicamente, ao clima de paternalismo e conformismo, sem uma consciência operária que organizasse os trabalhadores e utilizasse o conflito como reivindicação perante os patrões (pp. 193-5). Sem condições sociais, políticas nem econômicas e devido à dominação oligárquica da burguesia dos sobrados, bloqueou-se o poder de barganha do trabalhador, impedindo a formação de uma consciência de classe, e impedindo que pobres e assalariados tivessem oportunidades análogas de ascensão social e fortalecimento de sua classe. Por outro lado, os que detinham riqueza e poder político na ordem escravocrata e senhorial, mantiveram seus privilégios e posições de classe na nova ordem social competitiva, instaurando “uma rígida ditadura de classe” (ibid. p. 196).

Nesse sentido, tem-se, no Brasil, uma modernização excludente, conservadora e impregnada de sobrevivências patriarcais. O Estado, supostamente racional e impessoal, serviu de instrumento para a nobreza agrária, incorporada em nova burguesia intelectual, manter em suas mãos o controle político e econômico da nação. As classes dominantes, quando da transição à modernidade, apenas se acomodaram na nova ordem econômica, mantendo-se no topo da pirâmide social e impediram qualquer movimento no sentido de alteração substancial da ordem estabelecida. A modernização levada a cabo apenas transferiu os poderes político e econômico da antiga nobreza rural a filhos dessa nobreza, bacharéis intelectualizados, mercadores e industriais; enquanto escravos e mestiços pobres continuavam alijados dos benefícios trazidos pela modernização e pela urbanização do país e dependentes de favores pessoais da burguesia.

4 GILBERTO FREYRE EM SÃO PAULO 1975

O processo de “reeuropeização” ou modernização excludente que viveu o Brasil, especialmente no século XIX, reflete-se na atualidade do país. A sociedade brasileira nos fins do século XX – descrita na obra “São Paulo 1975: crescimento e pobreza”, em que os autores tratam da questão do desenvolvimento da grande São Paulo do ponto de vista das condições de vida de seus habitantes, através da sistematização de dados econômicos e sociais – ainda apresenta arquétipos sociais do sistema casa-grande/senzala, discriminação de raça, gênero e geração, além de uma imensa desigualdade social.

Mediante uma dinâmica de democratização e autoritarismo, o Estado brasileiro e as classes abastadas forjaram um processo impositivo que manteve os ricos no topo da pirâmide social, com seus privilégios históricos, e os pobres na base, com seus flagelos apenas transmutados; bloquearam qualquer forma de reivindicação ou revolução no sentido de alteração formal do estado das coisas. A democratização trazida pelo fim da escravidão, o advento do Estado e a emergência do mercado capitalista, possibilitou muito limitadamente a mobilidade social. O autoritarismo solapou as possibilidades reais de ascensão social a negros e mulatos pobres oriundos do sistema escravocrata.

Segundo Cândido Procópio Ferreira de Camargo *et al.* (1982), a cidade de São Paulo, devido ao crescimento de sua economia, encontrava-se em uma posição privilegiada quando comparada ao subdesenvolvimento das outras regiões do Brasil. Em 1975, a região metropolitana de São Paulo era (e ainda é) o centro mais dinâmico do Estado mais rico do país, sobretudo no ramo industrial, com elevada acumulação de riqueza e possuindo enorme infra-estrutura (edificações, energia elétrica, etc.) e indicadores de crescimento econômico (produção industrial, sistema financeiro, renda per capita, etc.) favoráveis (*ibid.* pp. 13 e 17).

Todavia, essa pujança econômica não implicou melhora na condição de vida da maioria da população. Pelo contrário: “verifica-se um elevado e crescente desnível entre a opulência de uns poucos e as dificuldades de muitos” (*ibid.* p. 17). Segundo os autores, o intenso crescimento econômico da grande São Paulo tem sido acompanhado do aumento de problemas urbanos e da deterioração das condições de vida de amplas parcelas da população.

As condições de vida urbana de uma população dependem de uma série de fatores, dentre os quais, as formas de produção e distribuição da riqueza e da organização do espaço urbano, infra-estrutura e serviços da cidade. Os serviços de uso coletivo (redes de água e esgoto, eletricidade, transporte coletivo, atividades artísticas) têm acesso diferenciado às classes sociais, pois o investimento neles é decidido em função de sua rentabilidade ou viabilidade, ou seja, dá-se preferência aos consumidores que podem pagar pelos serviços. Segundo Freyre, a transferência do poder patriarcal das casas-grandes do interior para os sobrados das cidades aproximou a gente senhoril das atividades mecânicas, do comércio e das indústrias que começavam a desenvolver-se nas cidades em relativa independência dos senhores de sobrados, embora principalmente para seu uso e conveniência. A serviço dos sobrados e dos seus moradores foram-se levantando, nas cidades brasileiras do século XIX, marcenarias, carpintarias para as mobílias, drogarias, sorveterias familiares, cocheiras para aluguel de carros, lojas de miudezas européias para adorno, ferragens, armazéns, colégios para menino rico estudar e não se misturar com moleques, bancos, etc.

“Também principalmente em benefício daquela população, cada dia mais numerosa, dos sobrados, que precisava de sair à noite (...), foi se aprimorando a iluminação das ruas e das praças” (FREYRE, 2006, p. 253).

Há também serviços cujo custo recai sobre a coletividade, através de impostos (calçamento de ruas, parques, recolhimento de lixo, iluminação). Esses bens e serviços se repartem desigualmente, segundo a distribuição de renda, através da valorização imobiliária. A distribuição espacial da população na cidade acompanha, portanto, a condição social dos habitantes, reforçando as desigualdades (Ferreira de Camargo *et al*, 1982, pp. 22-3). O processo de urbanização pelo qual passou o Brasil nos séculos XVIII e XIX, como descrito em “Sobrados & Mucambos”, levou uma enxurrada de gente da área rural à urbana. Nem toda essa gente, porém, teve condições econômicas de se estabelecer de forma ideal. A menor parte se estabeleceu em sobrados (grandes, médios e pequenos); a maior parte, em mucambos, cortiços, casebres, palhoças (geralmente abarrotados de negros e mulatos).

O agravamento dos problemas que afetam a qualidade de vida da população – como descrito em “São Paulo 1975: crescimento e pobreza” – atinge, sobretudo, os moradores de bairros periféricos, cortiços e favelas (sucessores das

mucambarias), sem infra-estrutura, que se expandiram desordenadamente, alojando trabalhadores pobres (da construção civil, vigilantes, “biscateiros”, operários de indústrias, informais, domésticas, etc.), a mão-de-obra barata necessária ao crescimento da produção. Neste caso, existiu a permissividade do poder público, que se ausenta na programação de formas racionais de ocupação do solo e abre caminho à ação da iniciativa privada, que logicamente visa somente ao lucro, através da especulação imobiliária. O “paraíso dos mulatos”, como Freyre se refere às cidades grandes, como locais de ascensão social rápida, restringiu-se à uma minoria de mulatos, aos mais hábeis, portadores de saber técnico ou acadêmico. À maioria dos negros e dos pardos, no entanto, coube o estado de inconstância no trabalho, o subemprego, a falta de facilidades ou oportunidades que os ajudasse na ascensão social.

Se o crescimento econômico não significou melhoria das condições de vida para a maior parte da população, a qual constitui-se majoritariamente de trabalhadores assalariados e seus dependentes, possuidores unicamente de sua força de trabalho, foi porque a forma de aumento de riqueza assim o determinou; ou seja, os problemas vividos pela maioria dos habitantes de São Paulo, e pode-se generalizar às demais metrópoles brasileiras, resultam das formas de organização da produção e distribuição da riqueza, que privilegiaram estratos restritos da população, entre os quais, os segmentos especializados, desempenhados por trabalhadores ocupantes de cargos técnicos, administrativos, científicos, de gestão e controle, que se beneficiaram com a diversificação e expansão do parque fabril, além dos descendentes da nobreza (bacharéis intelectualizados), mercadores e industriais. O Estado, ao invés de atuar como distribuidor de renda, age de forma a concentrar cada vez mais a renda ou, pelo menos, evitar que se disperse. Por exemplo, uma economia cresce à medida que produz mais que o necessário para repor o que foi gasto na própria produção, tanto em matérias-primas e equipamentos como em dispêndio físico dos trabalhadores. O excedente assim obtido pode ser utilizado para aumentar a produção – mediante emprego de mais máquinas e mais trabalhadores – e melhorar o consumo – aumentando o salário dos empregados ou a retirada de lucro pelo patrão. Assim se determina distribuição ou concentração. No período de 1968 a 1974, a economia brasileira apresentou taxas anuais de crescimento superiores a 5%, enquanto que o salário mínimo real evoluiu a taxas negativas. Essa comparação é legítima, pois mais da metade da população

brasileira auferir renda de até um salário mínimo (ibid. pp. 64-5). O governo, ao não implementar políticas de reajuste do salário mínimo, mantendo-o em níveis irrisórios e ao impedir o desenvolvimento de uma sólida organização sindical e uma política de classe operária, estimula a super-utilização da mão-de-obra (que é forçada a trabalhar mais horas para o sustento) e compele a família a colocar mais membros no trabalho (mulher, filhos); o que, por sua vez, deteriora ainda mais os salários, visto que aumenta a quantidade de mão-de-obra disponível, aumentando as taxas de exploração do trabalhador.

Conforme Ferreira de Camargo *et al* (1982), devido a condicionantes sócio-econômicos, muitas crianças são forçadas a abandonar a escola, vendo seu futuro profissional já ameaçado e destinado a ocupações que não exigem muito conhecimento e que pagam baixos salários – vendedor, carregador, auxiliar, pedreiro, vigilante, etc. Essa exclusão de oportunidades de melhoria social e econômica deve-se, portanto, a fatores conjunturais, coletivos, a carências materiais e culturais do círculo familiar (e não pela ausência de potencialidades individuais). Dessa forma, com o desenvolvimento da economia urbano-industrial e a diversificação de empregos, o diferencial de oportunidades nessa fase de remodelação da economia e da sociedade é a origem social da família. Para filhos da classe trabalhadora é destinada escolarização rudimentar, precocemente profissionalizante, visando à sua rápida inserção profissional, geralmente de baixa qualificação e mal remunerada. Já as novas atividades técnicas e administrativas, nos setores público e privado, são ocupadas por descendentes das camadas altas e médias da população, que amiúde supõem formação de nível superior.

“Do ponto de vista individual, as oportunidades abertas pelo desenvolvimento da cidade podem transformar-se, em certos casos, em melhoria das condições de vida. Mas, do ponto de vista coletivo, o desenvolvimento econômico de São Paulo vem significando uma perpetuação das desigualdades existentes” (ibid. p. 95).

A existência de um excedente de força de trabalho, como já relatado, em relação às necessidades produtivas (no que se refere às ocupações menos qualificadas, que exigem poucos anos de treinamento), permite aos empregadores observar outros critérios de preferência e admissão, além dos requisitos de qualificação inerentes às tarefas. As características de sexo, idade, origem, cor da pele, etc. passam a ter importância nas oportunidades de trabalho.

Nesse sentido, em muitos casos, nota-se discriminação contra determinadas categorias de trabalhadores. Por exemplo, os negros, as mulheres e a mão-de-obra que era considerada "velha". Negros e mulatos, elementos que surgiram do sistema escravocrata, geralmente exercem, na atualidade, principalmente profissões assalariadas na indústria, comércio, transporte, serviços urbanos; parcela relativamente pequena deles pertence à classe média; e notoriamente parcela muito pequena é da alta burguesia. A discriminação contra o negro, por exemplo, barra seu acesso a ocupações melhor remuneradas e valorizadas e, muitas vezes, faz dele um desempregado. "Nada disso se explica por aptidões ou condições pessoais. Trata-se de condições sociais que reproduzem o preconceito contra o negro a partir de uma herança escravocrata" (ibid. p. 103). Gilberto Freyre, em *Casa-grande & Senzala*, concorda com esse raciocínio ao afirmar que o negro não deve ser julgado enquanto raça, no prisma biológico, mas sim enquanto escravo, no prisma da história econômica e social, situação à qual foi submetido, como simples máquina e mercadoria.

Desde a abolição existe diferenciação entre trabalhadores brancos e escravos. Os imigrantes europeus e seus descendentes tiveram as melhores oportunidades desde o princípio. Desde a introdução da máquina na lavoura agrícola e nas incipientes indústrias urbanas, em meados do século XIX, o técnico europeu se prevaleceu do conhecimento técnico para alavancar-se profissional e socialmente – a despeito da relativa valorização que teve o mulato talentoso ao aprender ofícios técnicos com o operário europeu. Nessas condições, preservou-se e reproduziu-se uma cultura de diferenças étnicas e raciais, levando negros e mulatos à marginalização econômica e social. Tem-se aqui um reflexo do sistema colonial escravista. Por séculos mantiveram-se cativos no trabalho braçal e repetitivo da lavoura, submetidos a um sistema rigidamente patriarcal, no qual representavam a classe inferior desprovida de direitos, dependentes do "pai social", em que seu mundo limitava-se ao perímetro do engenho. Depois de alforriados, esses escravos foram descartados e conseqüentemente relegados a condições subumanas de vivência, moradia e trabalho, por inadaptação ao novo sistema de trabalho capitalista e mecanizado. Tornaram-se párias urbanos e rurais, a perambular ociosamente pelas ruas, flutuar de emprego em emprego, abarrotar meios de transporte coletivo, abandonados e sem compreender ou questionar os fundamentos de sua situação.

Ainda segundo os autores de “São Paulo 1975: crescimento e pobreza”, no período da ditadura militar (1964-85), a organização estatal brasileira voltou-se para o bloqueio, controle e repressão das formas organizadas e coletivas de inconformismo, utilizando-se de violência, prisões, cassações, até tortura e matança para controlar manifestações de insatisfeitos com a ordem estabelecida. As camadas populares, dispersas e desprotegidas, principais alvos da repressão, somente eram chamadas a participar, e simbolicamente, das decisões políticas, nas eleições. Os sindicatos, por exemplo, que supostamente têm o objetivo de defender os trabalhadores e reivindicar melhorias salariais e de condições de trabalho, desde 1943, com a edição da Consolidação das Leis do Trabalho, e por longo tempo, foram controlados pelo Estado, que intervinha através do Ministério do Trabalho, proibindo greves, punindo diretores sindicais e controlando a política salarial. Dessa forma, houve fraca representatividade e logo os sindicatos se transformaram em instituições de prestação de assistência, recreação e de zelador das leis trabalhistas. No mesmo sentido, atuaram de forma aglutinadora as associações de bairro. Primeiramente foram instituições reivindicatórias perante o Estado e em favor de melhorias urbanas. Mas depois perderam seu caráter político, transformando-se em entidades de educação, recreação, assistência, religião, etc. Isso aconteceu durante a ditadura militar, quando as instâncias de decisão dos assuntos dos bairros deslocaram-se da Câmara Municipal para órgãos técnicos e esferas governamentais que escapam ao controle do eleitorado.

Controlados, contidos, isolados e desprovidos de meios institucionais, os trabalhadores pobres recorrem aos laços pessoais – família, amigos, conterrâneos, colegas de trabalho – para atender às suas necessidades, tais como casa, dinheiro, emprego, saúde. Já no âmbito do Estado, a morosidade e a burocratização de suas rotinas impedem o cidadão comum de obter ajuda, remédio, vaga em escola, emprego. É necessário ter algo mais, conhecer alguém, ter um “pistolão” que ajude na tramitação do pedido. Esse círculo de favores e de práticas paternalistas submete o beneficiário a uma relação de dependência face ao doador, que tem o monopólio do serviço. “(...) o sistema de ‘favoritismo’ reforça o conjunto da hierarquia, da dominação para aquele que é subalterno” (ibid. p. 143). Aqui tem-se uma continuidade com o sistema de casa-grande e senzala, onde os laços pessoais, o familismo tutelar e o privatismo dominavam a cena, separando senhor e escravo como dominante e dominado, respectivamente, tornando o escravo servil a seu

senhor e dependente dele para satisfazer suas necessidades, face à ausência do Estado português. Na fase de sobrados e mucambos permaneceu a relação de subordinação entre senhores brancos dos sobrados sobre a gente dos mucambos. Os bacharéis, descendentes da nobreza agrária, desde a época do domínio do jovem bacharel D. Pedro II, assumiram majoritariamente as funções essenciais do Estado burocrático e as responsabilidades políticas, atuando no sentido de manter os privilégios de sua classe. Na atualidade, mantêm-se as mesmas características: um abismo social entre ricos e pobres; dependência pessoal do pobre em relação ao rico, confusão entre público e privado, clientelismo, como se o capitalismo não houvesse possibilitado mobilidade social e o Estado racional impessoal não houvesse sido assimilado pela sociedade brasileira.

Essa reprodução social de hábitos antigos revela que, na transição do sistema casa-grande/senzala para o sistema sobrados/mucambos, a sociedade brasileira não desenvolveu plenamente o estilo burguês de relações sociais. Como observou Florestan Fernandes (1981), as estruturas econômicas, políticas e sociais do sistema colonial restringiram o desenvolvimento interno do capitalismo e, por conseguinte, seu dinamismo, seus hábitos e seus valores inerentes e necessários. O capitalismo, no Brasil, desenvolveu-se limitadamente e dentro dos quadros sociais da ordem social escravocrata e senhorial; organizado de forma a impedir qualquer crescimento que não fosse com dimensões e o futuro de uma economia colonial. A Independência do Brasil foi feita por bacharéis e doutores, que consideraram a aristocracia agrária “aliados naturais para os planos revolucionários de independência política da colônia (...)” (FREYRE, 2006, p. 716). Mesmo a República, como já relatado, foi construída por “meios-termos burgueses” que souberam acomodar-se entre a velha e a nova ordem social. Ou seja, todo o processo de modernização do Brasil foi conduzido e controlado pela velha ordem senhorial agrária, transformada em aristocracia urbana, que exercia seu domínio social no estilo patriarcal. Os elementos ameaçadores da supremacia preexistente foram excluídos do processo ou neutralizados. Tais mecanismos autoritários, portanto, impediram que a modernização (ou reeuropeização, como diz Freyre) trouxesse democratização efetiva, atingindo grande parte da população brasileira, e que se disseminasse o estilo burguês de relações sociais, restringindo os louros do crescimento econômico a determinados estratos da população.

No fim do século XX, a marginalização e a espoliação econômica de grande parte da população foram acompanhadas e sustentadas pelo controle político. Por intermédio do regime político ditatorial, o comportamento popular nas sociedades de massa assumiu um caráter mecânico, automático e alienado, decorrente da limitação coercitiva das formas de organização e expressão social. A apatia política e a incapacidade de mobilização nasceram, assim, da imposição e reprodução da ideologia e dos valores dominantes, que vendem uma ideia de que “o futuro será melhor que o presente”, sem que se abram oportunidades para concretizá-lo. O processo singular de modernização do Brasil esteve impregnado de sobrevivências patriarcais, fazendo parecer que o servilismo e o conformismo, tão característicos nos escravos, e o familismo tutelar, expressão do patriarcalismo rural, permanecem vivos no caráter do brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi um mergulho no principal da obra de Gilberto de Mello Freyre, um dos maiores pensadores do Brasil de todos os tempos. Ao esmiuçarmos seus dois livros mais importantes para o pensamento social, ficamos conhecendo mais o Brasil, tanto o de ontem, como o de hoje.

As associações casa-grande/sobrado, senzala/mucambo, nos fazem vislumbrar o que poderia servir de equivalente nos dias de hoje: mansão ou bairro burguês e barraco ou favela. Termos diferentes para expressar uma só situação social: desigualdade. O abismo social que desde o princípio da colonização do Brasil se fez presente. E continua presente. Apesar das nuances, sempre existiu e ainda perdura a relação de subordinação, entre dominante e dominado, que se desenvolveu com o passar dos séculos, tornando-se mais sutil e menos áspera, mas mantendo o essencial de sua natureza. Nesse sentido, tem-se uma continuidade na ruptura, uma modernização conservadora.

Ao que nos parece, a sociedade atual, pelo menos no tocante às relações entre as classes sociais antagônicas, continua fiel aos modelos descritos por Gilberto Freyre em Casa-grande & Senzala e Sobrados & Mucambos. O privatismo, que caracterizou escancaradamente a sociedade brasileira nos primeiros séculos de civilização – encabeçado pela figura do senhor de engenho –, torna-se menos áspero na era dos sobrados e mucambos, mas permanece, em essência, o mesmo; a aristocracia agrária, transformada em burguesia urbana, exerce pessoalmente o poder sobre uma população parda e negra, abandonada pelo Estado e desprovida de meios econômicos e organizativos.

Com efeito, a sociedade descrita por Freyre sofreu um singular processo civilizador, quando da introdução do Estado e do capitalismo em uma sociedade de estilo patriarcal, senhorial e escravista. O modo como foram assimiladas e impostas essas duas instituições democráticas deixou suas marcas na sociedade atual, a qual ainda guarda resquícios fundamentais dos primeiros séculos de existência.

À modernização ocorrida no Brasil, Freyre denominou “reeuropeização”; um processo que coincidiu temporalmente com a urbanização da colônia e que transformou as estruturas econômicas e políticas, mas muito limitadamente institucionalizou os novos valores necessários ao desenvolvimento ideal do capitalismo, mantendo marginalizadas grandes parcelas da população já

historicamente excluídas do sistema. Podemos dizer, então, que a reeuropeização brasileira foi um processo de modernização excludente.

Ao finalizarmos este trabalho, consideramos válidas as teses de Gilberto Freyre, sobre formação social e modernização do Brasil, para explicar a atual conjuntura política, social e econômica da nação, que oscila entre autoritarismo e democratização no intuito de as classes dominantes, que têm o controle do Estado, se acomodarem a um novo sistema, mantendo-se no alto da pirâmide social e impedindo que estratos desprivilegiados da população atuem de forma a alterar o estado das coisas.

Em virtude disso, não cremos haver motivos para tratar o pensamento de Freyre com mero interesse histórico, por possuir alto valor sociológico a contribuir com o pensamento social.

BIBLIOGRAFIA

FERNANDES, Florestan. Esboço de um Estudo sobre a Formação e o Desenvolvimento da Ordem Social Competitiva. In: A Revolução Burguesa no Brasil. 3ª edição, Rio de Janeiro; 1981

FERREIRA DE CAMARGO, Cândido Procópio, *et al.* São Paulo 1975: crescimento e pobreza. 13ª edição, São Paulo, 1982.

FREIRE RODRIGUES, Francisco Xavier. A Sociologia de Gilberto Freyre e o Processo Civilizador Brasileiro (Akrópolis – Revista de Ciências Humanas da UNIPAR, v.11, n.2, abr./jun., 2003)

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & Senzala. 51ª edição, São Paulo; 2003

_____. Sobrados & Mucambos. 16ª edição, São Paulo; 2006

MOSER, Benjamin. A Tragicomédia de Apipucos – Ecos do lusotropicalismo, do Texas e Portugal e Angola (jornal Folha de São Paulo de 11/07/2010)

MOTTA, Roberto. Gilberto Freyre, René Ribeiro e o Projeto UNESCO (UFPE, 2004) Disponível em <http://www.ceao.ufba.br/unesco/07Paper-Motta.htm> (acesso em 03/11/2010)

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Ordem e progresso em Gilberto Freyre. In: Kosminsky, Ethel; Lépine, Claude; e Peixoto, Fernanda (org.) Gilberto Freyre em Quatro Tempos. EDUSC; 2003

REBELO, Aldo. 100 anos de Gilberto Freyre: um homem que entendeu o Brasil. Revista Princípios; julho de 2000

SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira Tempo Social, Rev. Sociologia USP; 2000

_____. A atualidade de Gilberto Freyre In: Kosminsky, Ethel; Lépine, Claude; e Peixoto, Fernanda (org.) Gilberto Freyre em Quatro Tempos. EDUSC; 2003

VELHO, Gilberto. Gilberto Freyre: Trajetória e singularidade. SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS, n.º 58, 2008, pp.11-21. Disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n58/58a02.pdf> (acesso em 02/11/2010)